



comércio do funchal

SEMANÁRIO — de 9 a 15 de Maio, 1974 — IV série n.º 2248
PREÇO: MADEIRA 4\$00 — CONTINENTE e AÇORES 5\$00
director e proprietário: João Carlos da Veiga Pestana □
red. e adm.: rua do Carmo, 23-2.º — Funchal - Madeira — Tel. 2 88 33
composição e impressão: Tipografia Minerva, rua dos Netos, 20



Manifestação do 1.º de Maio no Funchal



O desafio

A eclosão dos acontecimentos de 25 de Abril e a sua sequência não podiam deixar de ter as maiores repercussões na vida de CF. Para além da modificação dos condicionalismos externos que o afectavam como órgão da imprensa legal — tal era particularmente o caso da censura —, CF encontrou-se perante o desafio súbito de novas e especiais responsabilidades. E porque CF é, à partida, um jornal feito na Madeira — ainda que com projecção nacional —, porque CF foi o único órgão anti-fascista da imprensa regional, o seu papel tornou-se de uma extraordinária importância no âmbito madeirense. Assim, na passada semana, apenas foi publicada uma edição especial de CF para a Madeira — que apesar de uma tiragem excepcionalmente elevada para o nosso meio (10.000 exemplares) se esgotou rapidamente. Limitações humanas e materiais (por diversas vezes temos procurado informar os leitores das condições precárias em que o CF é feito) impediram-nos de concretizar, como seria nosso desejo, uma edição especial para todo o país. Por outro lado, as tarefas que se depararam aos redactores de CF, como militantes políticos que também são aqui e agora, sobrepuseram-se inevitavelmente ao seu trabalho como jornalistas — não podendo deixar de afectar, no plano imediato, a vida normal deste semanário.

Entretanto, as múltiplas alterações da conjuntura política nacional, produzidas pela queda do regime fascista, vieram determinar a necessidade de rever totalmente a estratégia e o âmbito da intervenção de um órgão de imprensa com as características de CF. Num momento em que a censura desaparece e a vida interna de grande parte dos jornais portugueses sofre sensíveis mo-

dificações (o aparecimento de conselhos de redacção é, a este respeito, um factor importante); num momento em que a definição de posições no seio da esquerda e da extrema-esquerda perante o Movimento das Forças Armadas e o seu programa constitui um tema de debate intenso (que não pode ser compreendido e enquadrado em esquemas e fórmulas simplistas); num momento em que um clima emotivo sem precedentes na história recente do nosso país e em que a sucessão vertiginosa dos acontecimentos não podem deixar de afectar decisivamente uma apreciação global rigorosa e correcta das implicações e consequências do movimento em curso; num momento em que, finalmente, a queda brusca de um regime com quase meio século de existência fez desencadear compreensivelmente, um processo de adesão sentimental das massas populares — reprimidas ferozmente durante tantos anos pelo aparelho policial do fascismo — ao movimento militar triunfante, num momento como este em que vivemos impõe-se um trabalho vasto e em profundidade, um trabalho de reflexão, estudo e discussão no interior de CF e entre CF e os seus leitores de modo a se encontrarem as vias mais correctas para o futuro do nosso jornal —, vias que dêem efectivamente resposta a tantas perplexidades, a tantas interrogações, a tantas dúvidas. A superação da emotividade, a necessidade de ultrapassar as tentações imediatas (e naturais) do subjectivismo, exigem uma distanciação crítica que resista quer aos cantos de sereia dos oportunismos reformistas — correndo pressurosamente atrás da procissão —, quer aos aventurelismos que podem conduzir — devido a uma total incapacidade táctica de integração num novo momento histórico — ao marginalismo mais incon-

sequente e estéril, condenado finalmente ao divórcio das massas populares. Para já, o primeiro de Maio de 1974, em Portugal, encerra lições que importa aprender urgentemente.

Perante o futuro, CF terá de definir-se cada vez mais e melhor numa função que a partir deste momento — e em face dos dados específicos da situação que vivemos — deve ser dupla. Na Madeira, um papel informativo popular é aquele que parece corresponder com maior justeza às nossas responsabilidades. No plano nacional — e num momento em que o aspecto propriamente informativo é absorvido quase por completo pela imprensa diária —, a CF caberá, sobretudo, intervir activamente no terreno do debate ideológico (contrapondo-o às tentações do sectarismo e do dogmatismo), sem prejuízo, porém, da sua vivacidade jornalística, do seu carácter de porta-voz fiel dos problemas das classes trabalhadoras.

Apesar de todos os problemas e limitações humanas e materiais, CF procurará manter a partir de hoje duas edições semanais: uma de âmbito nacional, outra de circulação regional. No início desta nova fase da sua vida, CF apela com força e esperança para os seus leitores: a sua participação, a sua intervenção, a sua colaboração a todos os níveis são hoje mais necessárias que nunca. Para além da complexidade dos problemas que se nos deparam como um dos jornais políticos de maior audiência em Portugal, as dificuldades de ordem técnica e material — comportando um acréscimo elevado de encargos — não deixarão de fazer-se sentir durante estes primeiros tempos de reestruturação. O desafio está lançado — e a resposta terá de ser dada por nós todos.



O feitiço contra o feiticeiro

A política colonial fascista, sustentáculo e justificação do regime, acabou por provocar a sua perda — quando o beco sem saída das contradições geradas pelo colonialismo português o fechou sobre si próprio.

A relativa — e, à primeira vista, surpreendente — facilidade com que o golpe militar de 25 de Abril dismantelou a armadura defensiva e repressiva do aparelho fascista, viria revelar-nos subitamente a imagem exemplar de um regime devorado pelas suas próprias contradições. Contradições cuja extensão e profundidade eram mascaradas por um aparato político e militar de facto impotente, mas ainda aparentemente sólido e eficaz.

O fracasso da intentona das Caldas da Rainha, apenas um mês antes, viera, aliás, radicar a convicção de que o regime, marcando então uma viragem ainda mais à direita, se encontrava suficientemente firme para fazer face a qualquer ameaça que pudesse pôr em risco a sua sobrevivência. Tratava-se afinal de um canto de cisne: os corpos médios da hierarquia militar haviam conseguido, entretanto, consolidar o isolamento entre a autoridade dos altos comandos e a base do exército. Estavam reunidas as condições para a queda do regime.

Do impasse à corrosão

Prisioneiro de si mesmo, incapaz de adaptar o aparelho de Estado às novas linhas de força do capitalismo português, que impunham uma mudança da estratégia colonial (1), o regime encontrou-se perante o impasse militar que o avanço irreversível dos movimentos de libertação, sobretudo na Guiné e em Moçambique, tornava dia a dia mais evidente. Ora, esse impasse não podia deixar de repercutir-se fundamentalmente nas fileiras do exército, sobretudo entre os quadros militares que, em

contacto mais directo com as realidades da guerra — ao contrário do que sucedia com as altas-patentes —, se apercebiam progressivamente da impossibilidade de uma vitória no campo das armas. Por outro lado, as necessidades do recrutamento em massa e a carência de quadros — impondo a rápida promoção de elementos estranhos à hierarquia militar clássica, como é o caso dos milicianos —, vieram abalar a coesão interna do exército. As condições objectivas e subjectivas propícias a uma agudização das contradições provocaram, assim, um processo de corrosão acelerada e profunda no monolitismo tradicional do bloco militar.

Por outro lado, o bloqueamento da fase inicial de «liberalização» marcelista mostrou até que ponto as estruturas do regime e o peso das suas bases de apoio tradicionais não suportavam — sem se exporem ao risco de desagregação — as consequências que as adaptações políticas às novas realidades não poderiam deixar de produzir. O dilema do regime acabou por tornar-se um beco sem saída. Ou aceitava essas consequências e condenava-se a desaparecer como regime; ou recusava-as, como efectivamente sucedeu, e via-se obrigado a ter de aceitar a sua queda.

O peso dos mitos ideológicos

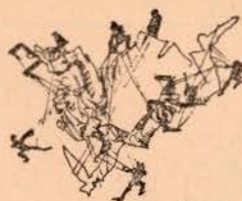
No plano «ultramarino», a incapacidade em operar a passagem a nível político — apesar das titubeantes adaptações efectuadas no estatuto das «provincias de além mar» — da fase do colonialismo clássico para uma fase neo-colonial, derivava tam-

bém dos próprios mitos ideológicos que, criados e persistentemente difundidos pelo regime como justificação de legitimidade para a sua política de «unidade nacional», não podiam deixar de fazer com que o feitiço se voltasse contra o feiticeiro. Com efeito, o regime acabou por ver a sua sobrevivência condicionada pela perpetuação dos mitos com que irreversivelmente se identificara. Por outras palavras: a falência desses mitos arrastariam consigo a falência do regime.

A defesa intransigente do mito da «integridade territorial» do Portugal «pluri-continental e multi-racial» não admitia excepções. Aceitar, por exemplo, a independência da Guiné (território sem interesse económico, numa perspectiva de exploração colonialista) era abrir uma brecha fatal, a breve prazo, na coerência do edifício ideológico com que o imperialismo português procurava justificar-se aos olhos de uma Nação mantida sob a pressão constante das «verdades indiscutíveis». Ora a manutenção da Guiné, para além de não ter razão de ser para a exploração económica colonial, mostrava-se cada vez mais insustentável no plano militar.

A operação «ultra»

A intentona projectada recentemente pelos «ultras» — e que em Dezembro passado provocou considerável efervescência nos meios políticos e militares — procurava uma saída desesperada para esse impasse. Tratava-se, em princípio, de aceitar, pragmaticamente, a «entrega» da Guiné ao P.A.I.G.C., concentrando e intensificando, entretanto, o esforço militar em Moçambique e em Angola, de acordo com a estratégia, defendida nomeadamente por Kaulza de Arriaga e Adriano Moreira, de construção de um grande bloco África Austral-Brasil-Portugal. Só que o Brasil, virado decididamente para relações directas com



Estados da faixa litoral africana, não parecia disposto a comprometer o futuro dessas relações em troca de uma aventura de horizontes nebulosos, tanto mais que o desenvolvimento da acção dos movimentos de libertação nos territórios sob dominação portuguesa e nos Estados racistas sul-africanos, além da pressão diplomática internacional, ameaçavam os participantes dessa aventura de um perigoso isolamento na cena mundial. Aliás, a nova fase política do regime brasileiro aberta com a presidência do general Ernesto Geisel, veio afastar ainda mais as já de si remotas hipóteses de concretização do projecto. Finalmente, as manobras de sedução desenvolvidas junto dos meios mais activos do exército português, para captar apoio a um «putsch» encabeçado pelos sectores extremistas da reacção, erraram completamente o alvo: as tendências dominantes, porque mais dinâmicas no seio de um aparelho militar esclerosado, polarizavam-se já à volta do «movimento dos capitães» tendo como guia inspirador o general Spínola, a quem a experiência concreta da guerra na Guiné fizera compreender a impossibilidade de uma solução militar para o problema colonial. E a politização crescente do movimento, ultrapassando reivindicações estritamente profissionais, foi favorecida pela hostilidade cada vez mais acentuada que se lhe deparou por parte do aparelho fascista, forçando os seus adeptos a uma actuação semi-clandestina. Também aqui, a

repressão faria voltar o feitiço contra o feiticeiro.

O princípio do fim

De facto, quando os «ultras» parecem regressar em força depois do afastamento dos generais Spínola e Costa Gomes da chefia do Estado Maior General das Forças Armadas e do fracasso sequente da «Inten-tona» das Caldas, esta última guinada ainda mais à direita do regime (que Marcello Caetano, numa das suas novas piruetas na corda bamba do poder, sancionara em desespero de causa) era apenas o princípio do fim. O avolumar da tensão entre as fileiras militares era a tal ponto pronunciado que o regime se vê constringido à prudência e à moderação: é isso que ressalta do estilo significativamente brando e paternal com que Marcello Caetano se refere, na sua última «conversa em família», ao levantamento das Caldas. A em-nência da eclosão de um movimento militar crepitava em surdina, de novo, nas últimas semanas. Mas o aparelho militar «fiel» e o escudo repressivo do fascismo já se encontravam minados pela base, para poderem oferecer resistência duradoura e eficaz. O derradeiro golpe teatral de Marcello Caetano — prisioneiro também das ilusões em manter as rédeas do poder, jogando alternadamente com «gregos» e «trolanos» do regime, sem se aperceber de que o oportunismo é uma carta viciada — chegou a ser confundido com uma posição

de força: mas a corte política marcelista, instalada nas cadeiras de São Bento em «representação da Nação», ou no comando da administração pública, não passavam já de tristes figurantes de uma ópera-bufa.

Um fruto podre

É assim que o regime cai como um castelo de cartas. Os focos de reacção ao golpe de 25 de Abril acabaram por limitar-se, sobretudo, à policia política. A facilidade com que o movimento militar triunfante controlou quase de imediato a situação nas colónias — quando se chegara a levantar a possibilidade de resistência — veio mostrar que também aí o terreno se encontrava minado.

Foi deste modo que o país assistiu à derrocada de um regime que ainda dias atrás, escudado nas aparências espectaculares de um poder que já não controlava verdadeiramente, parecia ainda capaz de fazer frente de novo ao choque das tensões avolumadas. Mas embora a casca escondesse a peçonha, o fascismo caiu da árvore fatal das suas contradições, como um fruto podre.

VICENTE JORGE SILVA □

(1) Contrariamente a algumas análises apressadas e ligeiras de certa imprensa estrangeira («Le Monde», por exemplo) o grande capital, particularmente os dois grupos principais — CUF e Champalimaud —, declarava-se decididamente adepto de uma estratégia neo-colonialista. As contradições entre a política do regime e os interesses do grande capital, que ultimamente se vinham agudizando (as recentes críticas de António Champalimaud à política económica do governo de Marcello Caetano, que a censura procurou silenciar, mostraram-se, a esse respeito, fortemente elucidativas), não são estranhas também à vulnerabilidade do aparelho fascista.

(2) A desadaptação do modelo político colonial em relação às novas realidades dominantes a nível económico, de que a lei dos pagamentos inter-territoriais era instrumento — ao consagrar a liquidação da exploração colonial primitiva, de «saque» — foi igualmente sintomática das contradições apontadas na nota anterior.

Gross

Ambassador

caixas registadoras

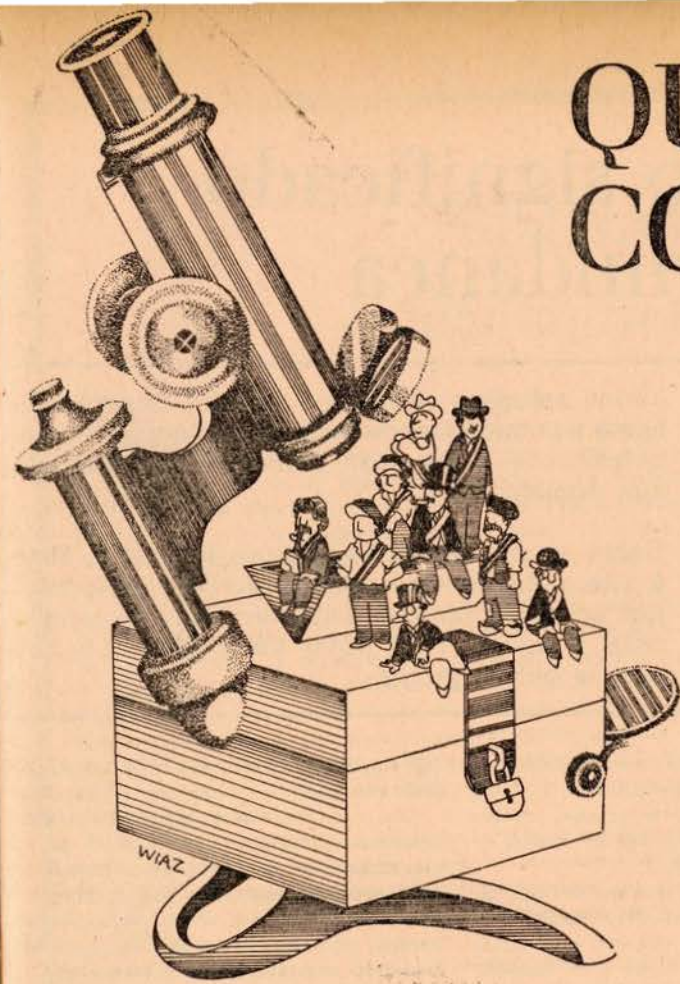
- * EFICIÊNCIA
- * RAPIDEZ

PAPELARIA CONDESSA (SECÇÃO TÉCNICA)

2.94.50
034.50
030.00
004.50
000.00

0015 A 015000
0014 F 310000
0013 A 000000
0012 E 005100
0011 E 004000
0009 E 006000
0008 D 007000
0007 F 008000
0005 E 009000
0004 F 010000
0003 E 011000
0002 E 012000
0001 E 013000

QUE COLIGAÇÕES?



Vivemos ainda um momento de interrogações. Entretanto, Frederico Sousa levanta aqui algumas questões pertinentes para um debate necessário.

O triunfo do Movimento das Forças Armadas no 25 de Abril, traz muitas interrogações à cena política portuguesa.

O fascismo era uma forma política de governo correspondente à ditadura do grande capital que, face a um poder reivindicativo sempre actuante da classe operária durante a República Democrática, se viu na necessidade de refrear a agitação operária através de um aparelho de Estado policíesco e altamente repressivo.

A primeira grande questão que se nos põe e para a qual não encontramos resposta cabal, é a seguinte: o Movimento do 25 de Abril é um movimento contra o grande capital ou corresponde a uma adequação do aparelho de Estado a novas necessidades desse mesmo grande capital, desejoso de uma «solução» política para a guerra colonial e consciente de que a contenção da classe operária poderia ser feita dentro de uma liberalização do regime?

De momento, os factos apontam para a segunda hipótese. Aparte certas medidas transitórias para evitar a fuga de capitais, não há outras medidas que afectem o grande capital. O grande burguês António Champalimaud não esconde as suas simpatias pela liberalização do regime. Vasco Vieira de Almeida, que não é propriamente um grande capitalista mas um gestor do grande capital, actualmente no grupo Buzoza, colabora decidida e abertamente com o JSN. Dos grupos financeiros portugueses

não há sinais de manifestações contra a liberalização.

Por outro lado, a liberdade de formação de partidos políticos tem mostrado que estes surgem com uma extraordinária fragmentação. (53, informou Mário Soares). Isso indica praticamente que qualquer governo a formar-se terá de ser de coligação. O primeiro governo será o provisório, em relação ao qual quer o Partido de Alvaro Cunhal, quer o partido de Mário Soares, emitiram declarações de que estão dispostos a nele participarem. Outras formações políticas — Convergência Monárquica, Partido Popular Democrático (PPD), Acção Democrática-Social (ADS), etc. — terão possivelmente uma palavra a dizer no governo provisório. Soares frisou já que a coligação não é comparável à de um Mitterrand-Marchais, não é a de uma Frente Popular, mas a de Salvação Nacional. A questão que se nos põe, é a de saber qual o papel a desempenhar por formações políticas que se definem com um programa anti-monopolista (caso do partido revisionista de Cunhal, ou mesmo do PSP) em relação ao grande capital.

Será um papel semelhante ao do trabalho inglês, com nacionalizações de sectores da economia de pouca rentabilidade para o capital privado? Será o de domesticação da classe operária, através de aparelhos sindicais com actividade primordial de contratação colectiva, do género da CGT francesa?

Será esta a expectativa do grande capi-

tal em relação aos partidos políticos que que de momento têm mais força? A curta distância dos acontecimentos, não nos pode levar a conclusões definitivas mas apenas a hipóteses. No caso destas serem válidas o preço económico de uma tal política (impostos progressivos que permitissem uma certa política social em saúde e habitação, por ex., uma ou outra nacionalização) seria pouco caro comparado com o tributo que a classe operária teria de pagar se ficasse acorrentada aos dirigentes revisionistas. Estes têm, por enquanto, uma certa margem de manobra; por um lado, devido ao prestígio adquirido nos tempos em que o partido (que ainda mantém indevidamente o nome de «comunista») era um partido revolucionário que dirigia as lutas da classe operária; por outro lado, devido a uma esquerda marxista-leninista organizativamente dividida (com certas divergências programáticas de carácter tático) e ainda insuficientemente radicada na vanguarda da classe operária. Mas cada vez mais o Partido de Cunhal perde a sua base operária e adquire-a nos assalariados improdutivos, na aristocracia operária e nos quadros técnicos e administrativos.

E a classe operária vai subtraindo-se à influência do revisionismo e vai dando passos no sentido da emancipação política em relação a teorias burguesas para a classe operária e na escolha do marxismo-leninismo como guia de acção para a destruição do poder do capital.

FREDERICO SOUSA □

COLÓNIAS: o significado de uma mudança

O artigo que se segue foi escrito antes do 25 de Abril e procurava analisar o conteúdo da «mudança» do apelido «Províncias Ultramarinas» que era dado às colónias para o de «Estado», bem como o significado de algumas propostas participativas então apresentadas. Neste momento, o artigo só parcialmente está ultrapassado. No que diz respeito ao papel das colónias para a burguesia portuguesa nas suas relações com o imperialismo e à denúncia de

certas soluções «liberais», desde o neocolonialismo à comunidade lusitana, o artigo não perdeu actualidade e por isso achamos importante a sua publicação.

Sobre novas questões que se levantam, face à alteração na vida política portuguesa posterior ao 25 de Abril, pedimos ao leitor a atenção para o artigo «Um povo só é livre, se não oprime outros povos».

O capitalismo português pode caracterizar-se hoje, grosseiramente, por uma rápida concentração das actividades económicas essenciais nas mãos de alguns grandes grupos industriais e financeiros. Essa concentração não terá sido ainda mais acentuada devido à íntima ligação entre o capital industrial e o bancário — e este não suportaria o desaparecimento da generalidade das pequenas e médias empresas (1) que constituem o grosso da sua clientela. Mas a dimensão incipiente desses grupos, o baixo nível de produtividade em que trabalham, a extrema dependência da tecnologia externa, só lhes assegurariam uma posição de subalternidade em relação ao grande capital internacional. Poder-se-ia cair (dado que a partir da década de 60 a integração se tornou imperiosa) no caso clássico da exploração comercial e financeira via exportação de matérias primas e importação de produtos manufacturados, entrada de capitais externos e sua posterior saída como reembolso e repatriamento de lucros e, assim, dar a preponderância à grande burguesia comercial. Tem tido, no entanto, o capitalismo português um trunfo importante que lhe tem permitido soluções favoráveis no confronto com o capital internacional: as colónias em África.

Investimentos estrangeiros

Assim, nos últimos anos, tem-se assistido a um notável incremento dos investimentos de capitais provenientes do mundo ocidental nas colónias portuguesas e cujas causas se podem, em primeira análise, asacar à pouca agressividade (impotência) do capitalismo português e as necessidades internas criadas na década de 60. Quando a burguesia industrial portuguesa se preparava para crescer em importância, uma série de factores vieram agitar o bonançoso mar em que tinha realizado a sua acumulação: a eclosão das guerras de libertação nas colónias; a emigração maciça para França, acarretando uma cer-

ta pressão do lado dos salários principalmente dos operários especializados, etc. (2). Ora esses capitais, que se prezam, trazem indissolavelmente associadas as noções de eficácia e de segurança.

Quanto à eficácia, esta implica um esquema de gestão racional, implicando assim a existência de estruturas que o possibilitem, não se compadecendo com burocracias centralizadoras. A eficácia implica ainda um certo dinamismo. Ora, tanto lá como cá, a ideologia propalada nestas últimas décadas pelos sectores dominantes da burguesia portuguesa, baseada no culto e revivalismo das glórias passadas, assim como as estruturas postas de pé para resolver «fraternalmente» os problemas do capital-trabalho, revelam-se muito pouco dinâmicas. Contrariam, portanto, a eficácia desses capitais externos e, também, a eficácia dos capitais da burguesia financeira e industrial portuguesa realizada que foi a sua acumulação com o inestimável auxílio dessas mesmas estruturas. Não é então por acaso que os porta vozes dessa fracção da classe dominante (SEDES, «Expresso») tanta atenção dediquem ao problema sindical. De facto, o sistema não pode passar hoje sem uma «certa» pressão sindical que o obrigue ao apuramento dos métodos de racionalização e à inovação tecnológica tendentes a uma maior produtividade.

Um trunfo para a grande burguesia

Quanto à segurança, o problema parece complicar-se um pouco. O sistema ainda não descobriu qual o melhor estatuto para África. As várias experiências feitas (Estados «independentes» submetidos ao neocolonialismo, por um lado, Rodésia, África do Sul, por outro) são disso um indicador seguro. Parece, no entanto, depreender-se que, numa perspectiva a longo prazo, a solução neo-colonial é a mais favorável, até porque há o exemplar caso da América Latina. Mas a natureza ideológica dos mais

representativos movimentos de libertação pode atemorizar os detentores de capitais.

No que respeita à grande burguesia industrial e financeira portuguesa já se deixou antever que as colónias representam, antes de mais, um importantíssimo trunfo. Há uns anos atrás, João Martins Pereira (3) escrevia: «A grande burguesia industrial e financeira compreende que, a longo prazo, a opção europeia é a que mais lhe convém. Mesmo a parte dela que detém fortes interesses nos territórios africanos tem diante de si o exemplo de tantos grupos económicos e financeiros de países que efectuaram a descolonização a mostrar-lhe que nem sempre ela lhes foi desastrosa. Não é outra, aliás, a atitude do capitalismo internacional que pouco a pouco se tem vindo a interessar por aqueles territórios». Por outro lado, o actual sistema de pagamentos tem feito declinar a importância dos mercados coloniais para as pequenas e médias empresas.

«Estugar de passos»

No meio disto tudo ainda se não o aspecto mais importante: a pressão militar exercida pelos movimentos de libertação, um dos quais (PAIGC) recentemente indicou inequivocamente qual o fim do actual estatuto: a independência das colónias. Nesta perspectiva, e antes que seja tarde, surge a mudança da pasta do Ultramar (4) e o crescendo da teoria da autonomia administrativa, etc., na tentativa da formação acelerada de camadas locais «dialogantes». Elucidativamente, escrevia na altura o Expresso: «a política de autarquia como forma de prevenção de contaminações indesejáveis sucedeu-se uma fase em que interessa, paulatinamente, fomentar uma certa participação cívica das populações ultramarinas». E, mais adiante: «Foi útil que a presença do governo central (refere-se à visita do ministro do ultramar) pudesse vir a dar esperanças de um estugar de passos numa rota onde já se perdeu tempo» (o sublinhado é meu).

Um povo só é livre se não oprime outros povos

Depois do Movimento das Forças Armadas ter derrubado o governo fascista de Caetano & Cia., de ter extinto a Pide, abolido a censura e ser permitida a formação de partidos políticos, de ser exercido o direito de reunião e de expressão, pergunta-se: o povo português tem de facto a liberdade?

Há conquistas e medidas práticas que não podem ser negadas. Mas o povo português ainda não é livre.

Por um lado liberdade e democracia, assim em abstracto, significam também a liberdade dos operários continuarem a ser explorados, a liberdade dos capitalistas continuarem a enriquecer à custa do trabalho de outros. As liberdades de hoje, não são as liberdades do programa político do proletariado, isto é, democracia para a classe operária e para os seus aliados sob a sua direcção e ditadura sobre os capitalistas, os grandes proprietários rurais e outros exploradores do povo.

Por outro lado, a opressão e a exploração sobre os povos coloniais continuam. A guerra colonial e a manutenção da exploração das colónias são grilhetas que têm de ser quebradas, para que o povo de Portugal possa caminhar no sentido da sua própria libertação.

O direito dos povos à autodeterminação e à independência, à separação completa e efectiva da metrópole colonizadora, têm de passar das palavras a um exercício efectivo. Não compete à classe operária em Portugal procurar outras «soluções» como apregoam os burgueses mais ou menos liberais ou uma tecnocracia, que anda muito próximo dessa burguesia e com interesses indirectos na exploração das colónias.

Para a classe operária em Portugal, para as massas trabalhadoras em geral, a única atitude perante a questão colonial é «Independência imediata e incondicional das colónias» e apoiar os movimentos de libertação das colónias. O PAIGC proclamou já a independência da República Guiné-Bissau. Mas o exército português ainda não retirou desse território independente, ocupando um território sobre cujo futuro só ao povo guinéu compete decidir. Os movimentos de libertação (PAIGC, FRELIMO e MPLA) pronunciaram-se inequivocamente: só aceitam a solução da independência total da Guiné, Moçambique e Angola.

A manifestação de solidariedade internacional do proletariado português passa pelo apoio incondicional a essa pro-

clamação dos movimentos de libertação. Ao mesmo tempo que reconhece os interesses de outros povos, trabalha no seu próprio interesse. O interesse da classe operária portuguesa, de outros trabalhadores, dos camponeses, não se identifica com os interesses da CUF, do Espírito Santo, do BNU, dos Quinas ou de Champalimaud e de outros grupos financeiros portugueses ou das grandes empresas multinacionais com interesses nas colónias. A tragédia da guerra colonial para o povo português é ver os seus filhos (operários, empregados, camponeses, estudantes) obrigados a pegarem em armas para matarem os melhores filhos dos povos irmãos de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, que no entanto lutam contra os próprios inimigos do proletariado português: a grande burguesia e o imperialismo internacional.

É certo que é um peso bem forte que a classe operária portuguesa e as massas trabalhadoras em geral, têm de deitar fora. Foram anos e anos de propaganda sobre a grandeza de Portugal aquém e além-mar, sobre o Império Colonial Português, estribilhos como o «Angola é nossa» e tanta outra coisa que deixou marcas profundas na consciência das pessoas. A exploração das colónias dura há séculos e não foi uma invenção do fascismo, pois a própria burguesia republicana e democrática de 1910 manteve essa exploração e alguns dos tais «democratas» que se diziam anti-fascistas tinham os seus negócios nas colónias.

Mas, apesar de tudo isso, o apoio incondicional à independência das colónias é a única atitude digna do povo português. Não há que a preceder de debates nacionais, pois não é um direito do povo português decidir se há-de continuar ou não a exploração de outros povos. A igualdade entre os povos determina que reconheça o direito à independência dos outros povos. O apoio é incondicional, pois as negociações a haver ou não, a atitude que os povos coloniais depois de independentes hão-de tomar em relação a Portugal, é um problema deles e não nosso. Esta questão da independência imediata e incondicional das colónias não pode ser sacrificada à ânsia de fazer parte dum governo provisório como o fazem Cunhal, Mário Soares, SEDES e outros, que embora apregoem essa independência, estão dispostos a todo o custo a fazer parte do governo provisório que até poderá ser colonialista pois não há nenhuma condição prévia sobre a independência das colónias.

A forma que assumirá (se vier a assumir) a pretendida comunidade lusitana ainda é extremamente nebulosa o que não será por acaso; a direcção em que aponta é, porém, extremamente clara.

A terminar: considera-se que a análise de determinadas acções políticas que assente nas bases económicas de produção e nas relações sociais inerentes é importante, pois dela se podem retirar indicações que permitam a definição de uma política de intervenção e de ataque ao poder de uma dada classe. Nesta perspectiva se devem entender as limitadas considerações acima tecidas e que mais não

pretendem do que funcionar como detonador (se possível, claro!) de uma análise que interessa fazer aqui e agora.

JOSE PINHO FONSECA □

(1) Perante a dificuldade em obter a sua reconversão num curto lapso de tempo.

(2) Estes factores, por si só, seriam propícios a um rápido desenvolvimento industrial pois aumentavam imenso a procura interna devido às despesas militares

e às remessas de emigrantes. Só que outros valores mais altos se levantaram (devido ao peso das fracções da classe burguesa que detinha o poder) e dificultaram a industrialização o que acabou por dar origem a um processo inflacionista acentuado e a um excesso de liquidez que começa a preocupar o grande capital pois havendo uma excessiva oferta de capitais estes perdem o seu «valor».

(3) JMP, «Pensar Portugal hoje» cap. «A longa descoberta do caminho marítimo para a Europa».

(4) Este artigo foi escrito antes do 25 de Abril (N.R.).

Para a história do colonialismo português na África e na Ásia



Há cerca de cinco séculos que os portugueses se dizem presentes em África e Ásia. Cinco séculos, talvez um pouco esquecidos da maioria dos portugueses. Hoje, mais do que ontem, essas presenças são contestadas. Através do

relato de pessoas ou situações ligadas intimamente, por razões várias, a essas mesmas África e Ásia, ditas portuguesas, apresentamos alguns documentos reveladores da história do colonialismo português.

❶ «Trabalhareis por saber a parte de onde é a dita prata e assim de quaisquer outros metais, e se os há e a acham em sua terra ou noutras e quão longe, e se são estimadas, e se levam trabalho em os tirar fazendo por nos trazer amostras de todas».

(Extracto do Regimento de 16 de Fevereiro de 1520 a Baltazar de Castro, sobre as minas de prata de Cambambe-Reino de Angola).

❷ «Anos houve em que chegaram a despachar-se pela alfândega da ilha do Príncipe cerca de cem mil escravos oriundos da Mina, do Congo e de Angola, embarcados nos porões dos navios negreiros, para todas as colónias da América».

(Carlos Selvagem e Henrique Galvão, História de Angola, III Volume Lisboa, 1952, pág. 83).

❸ «De todo o interior africano afluíam à costa as levas de escravos. As que seguiam para o Oriente encontravam-se no Cairo e em Zanzibar; as destinadas às Américas juntavam-se no Golfo da Guiné e daí irradiavam para Richmond, Charleston, Nova Orleans, S. Domingos, Baía e Rio de Janeiro».

(Gastão Sousa Dias - África Portentosa - Edição Seara Nova - 1928).

❹ «Penetração, povoamento... mas é toda a colonização!

Obra que não é de hoje, nem de um século, mas que começa no próprio dia da invenção pelos portugueses do Mundo até aí ignorado.

«Chegados os navegadores até às novas paragens povoadas, logo a ânsia lusíada buscava inquietante descobrir, depois das terras, as riquezas, as gentes e os costumes; e nunca houve curiosidade mais viva e audaz, nem sensações mais frescas e perturbantes que as dos soldados, dos missionários, dos aventureiros portugueses na rudeza da barbárie

ou no mistério subtil de milenárias civilizações».

(Marcelo Caetano - Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação, II volume, pág. 7).

❺ «O roubo é tão público e tão comum que não choca o carácter de ninguém e a custo é considerado como tal».

(S. Francisco Xavier, em 1545 - Diário da Índia).

❻ «A primeira rebelião armada teve lugar em 1491».

(Raph Delgado - História de Angola, edição da Câmara Municipal de Benguela, 1948, pág. 48).

❼ «1857 - Ataque do gentio de «Nano», em 11 de Novembro à fortaleza de Huila. A notícia da preparação deste ataque que foi executado por mais de 8 000 negros...».

(Major Mateus Moreno - Factos Militares da Ocupação do sul de Angola - Agência - Geral das Colónias, 1945).

❽ «1904 - Ordem do Governo Central para se fazer a ocupação do Ovampo com o estabelecimento de postos militares e a conveniente pacificação da Região, de forma a impedir que povos da Oâmara quando batidos pelo exército alemão viessem acolitar-se no nosso território».

«Tal missão é confiada ao Governador do distrito da Huila, capitão de engenharia João Maria de Aguiar, que tendo recebido da Metrópole grande quantidade de material para uma acção de envergadura, organizou uma forte coluna constituída por: 40 oficiais, 1080 praças, sendo 487 europeias e 613 indígenas, 432 auxiliares, sendo 11 europeus, 119 solípedes, 7 bocas de fogo e 45 carros boeres.

Foi a primeira campanha organizada na África Ocidental - escreve Aves Roçadas - se-

gundo os preceitos da guerra colonial. Redundou, porém, em lamentável desastre».

(Major Mateus Moreno - Idem).

«E reconhecendo que havia nesse tempo já distante da vida de Angola, focos de rebelião que era necessário fazer desaparecer de vez e actos de crueldade e de traição que era urgente castigar severamente, eu acrescentava:

«Mas é indispensável aproveitar estas acções militares justas e necessárias para darmos um largo passo na obra de penetração pacífica de atracção que sempre nos deve orientar e guiar. Terminado o indispensável emprego da força, devemos ser nós os primeiros a chamar os povos castigados, a ajudá-los a reparar o dano que sofreram, fazendo-lhes ao mesmo tempo compreender que se tratou de um castigo e não de hostilidades e que estaremos ao lado deles para os proteger e auxiliar, sem rancor nem má fé, sempre que eles procedam com lealdade. Foi este espírito e esta norma de procedimento por parte do Exército que permitiu levantar, em pouco mais de meio século, a grande obra de civilização portuguesa que admiramos em África».

(Norton de Matos - A acção civilizadora do Exército Português no Ultramar - Conferência proferida no I Congresso Militar Colonial, no Porto, em 1934).

Independência Nacional

❾ «A união entre Portugal e Espanha fizera-se em 1580 apenas sob o aspecto dinástico: continuavam a existir dois Estados independentes guardando cada qual suas leis, costumes, instituições e governo e tendo apenas de comum o soberano.

Mas nesses tempos, o Rei governava efectivamente: os seus ministros e Conselhos

assistiam-no, preparando e estudando as resoluções dos negócios que só ele porém decidia. A ausência do Monarca em Madrid no meio de uma corte estrangeira guiado por válidos castelhanos longe das coisas portuguesas e subordinando-as na política internacional ao interesse espanhol dava em resultado estar o reino submetido a jugo estrangeiro. A união pessoal criava assim, de facto, a subordinação de Portugal à Espanha».

(Marcelo Caetano - do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império 1943 - Agência Geral das Colónias).

● Alheios a todos os conluios, não vendemos, não cedemos não arrendamos, não partilhámos as nossas colónias com reserva ou sem ela de qualquer parcela de soberania nacional para satisfação dos nossos brios patrióticos. Não no-lo permitiam as nossas leis constitucionais; e a ausência de textos, não no-lo permitirá a consciência nacional».

(Salazar - citado por Silva Tavares - Roteiro da Mocidade do Império - 1938 - Agência Geral das Colónias).

● «O nosso «colonialismo» são os estrangeiros que emboisam os lucros e nós que pagamos os melhoramentos».

(Oliveira Salazar - discurso pronunciado em Lisboa em 12 de Abril de 1966).

● «Moçambique fora da Nação portuguesa seria instantaneamente destruído e partilhado entre os interesses divergentes e perderia para sempre o ritmo de desenvolvimento e progresso hoje patente em todo o Estado».

(Eng. Pimentel dos Santos ao matutino «Notícias» de Lourenço Marques).

«Mas o grande perigo, o perigo fatal, contra o qual temos de estar preparados dentro de poucos anos, é o do perigo da União Sul Africana (...) Quer dizer: Angola não está em estado de defesa. Uma vez separada da Metrópole, tem de contar com todos os inimigos que a cobiçam de olhos ávidos. Têm de contar com os alemães, têm de contar com os italianos, têm de contar com os americanos e sobretudo com a União Sul Africana, seu inimigo implacável, leão de garras acerradas pronto a cair velozmente sobre a rês inermes».

(Gastão Souza Dias - África Portentosa - Edição Seara Nova - 1928).

● «Angola: Pelo Decreto-Lei n.º 45 558, de 21 de Outubro de 1960, é concedido à Fried Krupp de Essen (Alemanha Federal), por 43 300 000 de dólares, o direito de exploração de toda a riqueza mineira do subsolo angolano, com excepção de diamantes, produtos betuminosos, petróleo e hidrocarbonetos».

Pelo Decreto-Lei n.º 45 651 de 9 de Abril de 1964, foi assinado um outro contrato entre a «Fried Krupp» de Essen, a Companhia Mineira do Lobito e o Banco de Angola, para financiamento de 10 000 dólares, destinados à construção de estrada de ferro, instalações industriais, barragens, etc., relacionadas com o projecto mineiro de Cassinga.

Pelo Decreto-Lei n.º 38 832 de 23 de Maio de 1952, o ministro do Ultramar é autorizado a concluir, com a Companhia de Combustíveis do Lobito (CARBORANG), um contrato de concessão de duas vastas zonas nos distritos do Congo e do Cuanza, em vista à pros-

pecção de jazidas de hidrocarbonetos sólidos, líquidos e gasosos de petróleo, nafta, ozokerite, enxofre, hélio, dióxido de carbono e substâncias salinas e outros produtos similares. O contrato foi assinado a 24 de Março de 1953 e a Carborang começou a sua prospecção recorrendo à experiência da Companhia Financeira Belga de Petróleo (PETROFINA), titular de 70% das suas acções.

Um Decreto-Lei de 18 de Julho de 1922 concedeu à Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG), a prospecção e extracção de diamantes em todo o território.

O direito de exploração de diamantes do solo abrange uma área de 390 milhas em Angola — que têm uma superfície total de quatrocentos e oitenta e uma mil trezentas e cinquenta e uma milhas quadradas-assegurada por cinquenta anos, a partir de 1921».

Países representados na DIAMANG:

— EUA — através da Anglo-American Corporation of South-Africa, da Anglo-American, Ltd., do grupo Oppenheimer, do Bank Morgan e do grupo Ryan-Guggenheim;

— Inglaterra — British South-Africa Company, da De Beers Investment Trust;

— Bélgica — Forminière e da Union Mineire do Haut Katanga.

— Rodésia e RAS — através do Anglo-American Corporation of South Africa;

— e Portugal.

O Decreto-Lei de 10 de Julho de 1957 autoriza a Cabinda Gulf Oil C.º, o exclusivo de pesquisa de petróleo e derivados, no enclave de Cabinda, por três anos e 50 anos de exploração.

As companhias Gulf Oil C.º, Mexican Gulf Oil, Chase National Bank e o National City Bank of New York constituem os principais accionistas subsidiários da Cabinda Gulf Oil C.º.

Em 1957, o governo Português concede o exclusivo de pesquisas e exploração de petróleos e dos seus derivados à Companhia de Petróleos de Angola (Petrangol), com um capital social de 25 500 000 dólares. A CPA concentra através da Compagnie Financiere Belga de Petróleos (PETROFINA) 45% do capital e da Société Générale Belge, 15%. Estas empresas estão ligadas estreitamente com o Banque Union Parisienne.



Este texto foi escrito antes do 25 de Abril.

No entanto a sua publicação parece-nos útil por historiar períodos importantes do movimento operário português, pouco divulgados legalmente entre nós, devido à censura fascista.

Porque o publicamos em «Livres Opiniões»? Certamente porque a linha de pensamento do autor não se identifica com a nossa.

CF é um jornal que procura, como imprensa legal, servir os interesses históricos do proletariado, admitindo um confronto de opiniões, um pluralismo de intervenção, abrangendo aqueles que adoptam (ou procuram adoptar mau grado a sua deficiente preparação ideológica) o materialismo dialéctico e o materialismo histórico como método de análise.

O texto que publicamos contém uma grande insuficiência. Os seus dois últimos parágrafos negam implicitamente

a luta política da classe operária e são por esse facto um apoio ao espontaneísmo.

A classe operária por si só, através da luta económica, não atinge a consciência do seu papel histórico e das tarefas políticas que se lhe põem: conquista do poder político, exercício da ditadura do proletariado até atingir o objectivo último, a sociedade sem classes. O autor analisa o desenvolvimento das lutas operárias, o que é importante. Mas esquece a necessidade da fusão da teoria científica para a classe operária com esse movimento operário, condição necessária para que o movimento ultrapasse o «tradeunionismo» e ponha como objectivos o socialismo, como sociedade de transição e, por fim, a sociedade sem classes.

Com estes considerandos, julgamos ficar compreendida a publicação do texto, tendo em atenção a linha que o jornal defende.

Da falência do «frentismo»...

Durante os anos sessenta 700.000 emigrantes portugueses deixaram as fronteiras dos seus patrões, abandonaram as suas propriedades agrícolas, as suas aldeias, e mais tarde as próprias fábricas. Partiram para vender a sua força de trabalho ao prego político da Europa, avançada, a todos os patrões da França, Alemanha, Bélgica, Países-Baixos, etc... 700.000 ou seja, 8% da população total.

Um «fluxo humano» de tal amplitude é na realidade algo de extremamente complexo que não se deixa entender, dum ponto de vista de classe, nas malhas de um raciocínio estatístico próprio de um certo «cretinismo progressista», que conclui, para Portugal e para a Grécia, que «uma reorganização radical — que só as forças de esquerda poderiam assumir em vista de um desenvolvimento rápido é a condição primeira para estancar a hemorragia actual dos homens».

Pois bem, se é verdade que os patrões portugueses não optaram ainda na união pelas «forças de esquerda», não é menos verdade que eles estão seriamente preocupados com esta «hemorragia».

Repetem dia após dia, palavra por palavra: falta de mão-de-obra, salários que sobem, greves, etc.

Se por um lado é indiscutível que o patronato e o estado promoveram cada vez mais conscientemente este fluxo migratório, enquanto momento fundamental de um processo aberto de proletarização acelerada, de liquidação das velhas estruturas agrícolas (propriedade e culturas) e, a prazo mais largo, a total reestruturação do aparelho produtivo e da organização do trabalho; por outro lado, não é menos verdade, que um processo paralelo de recomposição política da classe operária se leva-

va a cabo no interior, e contra o plano de desenvolvimento do capital.

O êxodo dos anos 60

Com efeito, o formidável êxodo dos anos sessenta representa uma primeira forma de recusa em massa do carácter do capitalismo português da época da autarquia salazarista (autarquia relativa, entenda-se). Esta primeira forma de revolta e de insubordinação desenvolve-se desde a constatação do impasse total a que se tinha chegado, sob a direcção política anti-fascista e democrática que se estende no arco histórico de 1958 a 1962.

Este período é percorrido pelas fortes lutas populares contemporâneas das eleições presidenciais de 1958 (candidatura de Delgado); pela greve dos operários agrícolas do sul (pelas 8 h e não, evidentemente, pelas terras áquelas que as trabalhavam) e pela greve, com ataque ao posto da polícia, dos mineiros da mesma região; e, enfim, pelos muitos e sérios encontros de rua, que culminam no 1.º de Maio de 1962. E, com efeito, sob a pressão eminentemente popular (a classe operária participava sem se distinguir dos objectivos próprios do «povo») do ano 58 que o P.C. revê toda a sua táctica e resolve participar numa frente anti-fascista tão coerente quanto uma tal frente o pode ser, uniões importantes da pequena-burguesia urbana (intelectuais, estudantes, empregados, pequenos comerciantes e todos os pequenos industriais); ao nível intelectual o período é marcado pela «crítica do afastamento de direita», publicada pelo secretário geral do partido que acabava de se evadir da prisão. As eleições legis-

lativas de 1961 ofereceram o quadro à franca abertura das hostilidades contra o regime: desde Outubro de 61 a Maio de 62 a situação não deixa de evoluir e de se radicalizar. A classe operária participa maciçamente mas não há expressões de um movimento operário autónomo; não há grandes movimentos de greve. Com efeito, se é indiscutível que foi a classe operária que imprimiu aos encontros do 1.º de Maio a sua violência, prestando-lhe um verdadeiro carácter de guerra civil, não restam, contudo, dúvidas que ela participa, ainda, por detrás das palavras de ordem anti-fascistas de paz, liberdade e democracia.

Um enterro de primeira classe

E neste sentido que falamos de « direcção anti-fascista ». Estes diferentes movimentos não eram, com efeito, uma simples acumulação de lutas parciais, mas visavam sob a direcção anti-fascista propor uma alternativa política ao país. O seu resultado eventual — quer dizer, o derrubamento de Salazar e a mudança da velha direcção por quadros portadores de outros modelos de desenvolvimento — baseava-se na aliança operários-camponeses-burguesia-não-monopolista. Ora, uma tal aliança, que a classe operária podia ainda «aceitar» como solução provisória, dada a sua fraqueza, nunca passou aos factos. A aliança já não possuía nenhuma base material, pelo menos após a conclusão do ciclo de industrialização dos anos 50. Com efeito, já nesta época o interesse operário tendia, cada vez mais, a dirigir-se por inteiro contra o interesse dito geral. Os encontros de Maio 62 mostraram a

solidez da frente capitalista perante a pressão de rua, pressão que constitui o próprio limite do movimento anti-fascista na medida em que não estava em questão, para a classe operária, fazer-se massacrar pela liberdade e democracia, a aliança democrático-nacional dissolveu-se antes mesmo de ter seriamente abalado as instituições do regime. A alternativa de uma política económica reformista foi então acabar no caixote do lixo, enquanto os militantes acabavam na prisão ou no exílio.

É perante a falência desta alternativa — falência que foi necessária experimentar na prática, mas que tudo hoje leva a crer estará já inscrito no processo de desenvolvimento em curso desde alguns anos — e perante a nova necessidade de se ir fazer matar pela Pátria em Angola (onde a rebelião nacionalista tinha rebentado em 61), que se conduz o movimento espontâneo, oculto, da emigração em massa dos anos 60. Se a «desmobilização» da classe operária, depois das jornadas de Maio 62 (recusa de descer à rua ao chamamento das organizações anti-fascistas em 28 e, mais tarde, no 1.º de Maio de 63) responde à incapacidade da frente democrática-reformista de assumir as mudanças do capitalismo português, a emigração dá, por seu lado, uma resposta imediata à insuficiente acumulação de trabalho morto, quer dizer, das capacidades produtivas que o plano capitalista podia pôr em marcha rapidamente.

Estas lutas são, por sua vez, o momento mais alto do «movimento anti-fascista» e o do seu fim. Desde que um tal projecto político deixe o terreno ideológico dos discursos contra a ditadura para passar à prática, empenha-se automaticamente na via mais curta para um enterro de primeira classe.

O fim do «salazarismo»

Mas, é evidente que um tal impulso operário e popular e a explosão dos

movimentos armados nas colónias não podiam ficar sem resposta da parte dos dirigentes políticos. É então desta época que data a morte do «salazarismo», ainda que o velho ditador tenha ficado sentado no trono. Por fim do «salazarismo» entendemos muito exactamente a abertura das primeiras brechas sérias no edifício autárquico laboriosamente construído desde a crise mundial dos anos 30 e no quadro do qual Portugal tinha acabado de se apossar da totalidade das forças produtivas dando uma base concorrencial mínima. É o próprio Salazar que anuncia, em 1963, o fim deste estado de desenvolvimento: «Uma parte do potencial humano que se enredou na agricultura (...) deve ser transferido para outros sectores, em que um, o sector industrial — que acaba de entrar na fase de desenvolvimento —, constata já que lhe é necessário uma reorganização a fim de fazer face à concorrência...». Alimentou-se ainda a esperança de uma «autarquia alargada» ao espaço económico português (Portugal+colónias), mas esta esperança termina rapidamente perante o impacto do capitalismo internacional. Certamente no primeiro estado, é a autarquia comercial que desaba: entrada no G.A.T.T., contactos com a CEE, e sobretudo adesão à EFTA, em 1962. Mas ela é depressa acompanhada pelo próprio aparelho produtivo, através da abertura aos investimentos estrangeiros: em 1961 entrada no F.M.I. e no B.I.R.D.; em 1962, acordos com a R.F.A., com o Import-Export Bank dos E.U.A., constituição de um holding financeiro hispano-português, etc.

Militarização da economia

É então que se assiste a um verdadeiro salto na forma e no conteúdo do crescimento económico. A década de 60 é marcada pela militarização da economia; a abertura aos capitais estrangeiros; a integração no mercado mundial; a invasão das cidades por vagas de novos proletários; a

caída radical da população rural e a inteira reestruturação da agricultura; o equilíbrio da balança de pagamentos (graças ao turismo, mas sobretudo às divisas enviadas pelos emigrantes: 15 mil contos em 1969); as primeiras tentativas de reforma do sistema escolar de formação profissional; enfim o investimento de trabalho acumulado nas novas máquinas que se oporão ao ataque operário.

Com o «salazarismo» morre também o «anti-salazarismo». O esboroamento progressivo das alianças tradicionais e a perda de controlo do P.C. sobre os movimentos de classe (e mesmo sobre o movimento estudantil; bastão incontestável do anti-fascismo de choque), em suma, a falência do velho modelo alternativo proposto pela «oposição» durante os 30 anos de autarquia, tem entretanto muito erro para representar de um modo organizado.

A Frente de Acção Popular aparecida em 63-64 como cisão de esquerda do P.C. no quadro internacional do «conflito sino-soviético», não mostra senão o índice desta situação que só podia levar a encalhar na tentativa organizacional de «reconstruir o partido revolucionário» em torno da palavra de ordem de «luta armada». Outras tentativas como a da L.U.A.R. (Liga de Unidade e de Acção Revolucionária, preconizando uma espécie de «terrorismo urbano» ao modo dos Tupamaros), não tiveram sorte diferente (1). Todas elas partilhavam a mesma incapacidade de desempenhar o sentido da nova situação e oferecer deboches organizacionais aos objectivos autónomos que a classe operária estava em vias de impor.

Do mesmo modo a questão fundamental da ligação entre as lutas da fábrica e a luta contra a guerra nunca recebeu a mínima resposta prática, apesar da insubmissão maciça e a multiplicação de movimentos de revolta nas casernas contra as condições materiais a que os soldados se sujeitam.

...à libertação da autonomia de classe

Mas não se saberia apagar em alguns anos a sequência de vários séculos de fraqueza. O peso do passado continua a fazer-se sentir, em primeiro lugar, através de uma agricultura que absorve ainda, em 1970, um terço da força de trabalho disponível. Apesar da proletarianização de uma grande parte da população rural (os assalariados representam 60% da população activa na agricultura e na pesca), a pequena propriedade é ainda muito importante. Posta em situação precária pela política de preços praticada durante o período salazarista, ela foi em parte desencalhada graças aos envios de fundos pelos emigrantes. A concentração das terras e a industrialização da agricultura encontram-se assim bloqueadas, o que impede o capitalismo de reduzir o valor da força de

trabalho por um crescimento da produtividade no sector dos produtos de consumo.

Paralelamente, uma pequena indústria arcaica coexiste, com as grandes empresas modernas (em 1962, 8% dos estabelecimentos tinham menos de 10 assalariados). Tendendo a reforçar o sector atrasado, favorecendo actividades improdutivas (pequeno comércio e outras — onde alguns emigrantes investem as suas economias), está o turismo, e com certo respeito, a emigração.

Se a emigração tinha, ao princípio, podido aparecer como uma solução ao capitalismo português, volta-se agora contra ele. A rarefação da mão-de-obra fez subir os salários, principalmente os dos operários agrícolas e dos operários de construção (este sector é obrigado actualmente a

fazer apelo à imigração de Cabo Verde), donde o aumento dos preços alimentares e das rendas.

Globalmente, esta situação traduz-se por uma grande rigidez do aparelho produtivo, principalmente na agricultura, onde a produção aumenta penosamente de 1,5% por ano, quando não cai brutalmente como em 1971. Nestas condições, o poder de compra engendrado pelo investimento produtivo, pelo turismo e pelos envios dos emigrantes (que representam 8% do Rendimento Nacional) conduz a uma alta de preços desordenada. A inflação é de resto alimentada pela alta de preços sobre o mercado mundial (as importações em Por-

←
tugal representam cerca de 28% do seu Produto Nacional Bruto).

De 1962 a 1968

Perante este ataque contra o valor real do salário, a classe operária responde por uma intensificação da luta. Os anos de 1968 a 1970 (período em que a luta reivindicativa se acentua nos principais países capitalistas) são marcados em Portugal por lutas de grande envergadura. O longo período de 1962 a 1968 viu, com efeito, o amadurecimento acelerado das condições objectivas, no quadro das quais bem depressa irromperia a autonomia de uma classe operária com mais de 1,2 milhões de trabalhadores em Portugal, sem falar dos emigrados. A greve dos trabalhadores dos transportes públicos de Lisboa, em Junho-Julho de 1968, marca o começo de um novo ciclo na luta. Já não se trata, como em certa medida era o caso em 58-62, de luta pelo desenvolvimento, pelo trabalho, mas de luta contra o aumento da exploração, luta no terreno do salário e das condições de trabalho, luta contra o

trabalho; lutas estas que possuem já um carácter perfeitamente autónomo.

No espaço de um ano, as greves afectam as principais empresas do país, desde a Carris (transportes públicos, Lisboa) — esta greve, que marca o começo de várias que se seguiriam, comporta durante quatro dias 7.500 trabalhadores (condutores e revisores de eléctricos e autocarros, mecânicos das oficinas de treino e pessoal administrativo) e visa um aumento de salário para compensar o custo de vida —, até Ferrelrinha (automóveis, Porto), passando pela Sorefame (metalurgia, Amadora), Covina (vidro, Santa Iria), Cimentos Tejo (Alhandra), Fábrica Barros (têxteis, Cabo Ruivo), Ford e General Motors (Azambuja), Lisnave e Parry & Son (construções navais, Lisboa). Na ausência de verdadeiros sindicatos (suprimidos pelo Estado Corporativo) as greves tomam um carácter totalmente «selvagem», tanto no seu levantamento como no seu desenrolar e conduzem facilmente a recontros violentos com a polícia.

A primeira vaga de greves, do Verão de 68 ao Outono de 69, só fez ainda aparecer, como expressão da autonomia, pedidos de aumento iguais para todos. Mas há a

segunda vaga-lança em Novembro de 1969 pelos 5000 operários dos estaleiros navais da Lisnave (um dos negócios mais rentáveis da economia portuguesa, sector chave onde a fusão dos interesses nacionais e estrangeiros se realizou maravilhosamente) é conduzida inteiramente contra a nova equipe governamental, que tinha consagrado o acesso ao poder dos «tecnocratas anti-fascistas» (tipo Salgueiro na planificação; e Martins na indústria); contra a alternativa democrático-reformista; enfim contra as sérias rectificações trazidas pelo III Plano de Fomento, pela Lei sobre o orçamento de 1970 que programa com energia a reestruturação do aparelho produtivo e da organização do trabalho.

Uma plataforma unificadora

A greve da Lisnave pôs fim a várias esperanças partilhadas pelo governo e pela oposição, e em primeiro lugar à esperança que as reformas se poderiam levar a cabo «docemente», numa paz relativa, em meio de algumas concessões salariais depressa recuperadas pela inflação, pela moderni-

A ITT e a indústria de material eléctrico em Portugal

A ITT, uma empresa multinacional de origem americana, um enorme «polvo» que se espalha por diversos países, tem, também, em Portugal as suas implantações. Por ora, destacaremos, somente aquelas relacionadas com a indústria de material eléctrico e electrónico onde o grupo ITT tem grande importância.

As suas fábricas estão implantadas em S. Gabriel (Cascais), uma zona de recente industrialização. A mão-de-obra é recrutada nos concelhos limítrofes (Cascais, Sintra) com especial incidência nas regiões rurais. Uma mão-de-obra jovem, barata, sem grandes exigências, de ime-

diato, facilmente aliciável por promessas de boas condições de trabalho, bons salários, prémios, refeição a preços módicos, etc. Uma isca aliciante que, em breve, será contrariada pela dura realidade da fábrica.

Pois, CF, na continuação do inquérito que vem fazendo sobre as condições de trabalho na indústria de material eléctrico, não podia deixar de se avistar com as trabalhadoras destas fábricas e apurar a verdade sobre essas condições. Evidentemente que, segundo o testemunho das operárias, tudo se passa de forma muito diferente.

As fábricas estão instaladas em pavilhões pré-fabricados, dois extensos barracões onde as condições de higiene e segurança são extremamente precárias. Neles trabalham cerca de 1600 operários, na sua esmagadora maioria mulheres, que executam um trabalho minucioso de montagem de circuitos integrados extremamente minúsculos e outras peças para posterior montagem em telefones e transistores. O grosso da produção é executado ao microscópio. Trata-se, ou de soldagem de fios a uma unidade central que não tem mais que o tamanho da cabeça de um alfinete ou de soldagem de pequeníssimos cristais a uma placa. Este trabalho é feito por operárias muito jovens, de olhos virgens, num microscópio cuja luz é colocada, debaixo da lente, inci-

dindo directamente sobre o trabalho. As jovens operadoras adquirem doenças da vista poucos meses após estarem na fábrica. A necessidade de óculos, as lágrimas a cair em pelo rosto quando, ao fim dum dia de produção continua, o cansaço lhes impede já de darem rendimento. E os chefes, os encarregados não lhes dão tréguas, impedindo uma paragem para descansar, exercendo pressões para aumentar os «standards», ameaçando com o despedimento. E elas continuam até que um dia já não conseguem atingir o standard exigido. E vem outro dia e outro, e outro... Depois vêm as crises nervosas e a perspectiva breve do desemprego. Até que este acontece porque a operadora jovem já não consegue produzir o que a empresa impõe. Já não inte-

ressa, os seus olhos gastos já não servem. O médico da empresa, contudo, vai-lhes dizendo que elas estão boas, que aquilo, de se queixarem dos olhos, é «fita» para não trabalharem. Quando o despedimento surge, a indemnização é uma ridicularia porque as doenças de visão não são consideradas doenças profissionais.

Problemas de saúde

Todavia, não são só as secções que trabalham com o microscópio que têm problemas de saúde. Há outras.

— Na estanhagem nós trabalhamos com banhos que levam ácidos, cianetos e outras

zação das máquinas e por mais uma estreita ligação do operário à organização do trabalho. Os 5000 operários da Lisnave propuseram ao conjunto da classe operária portuguesa, através da sua dura luta e sem o mínimo compromisso (não ao diálogo com o patrão; recusa de eleger a comissão que o patrão pedia, na linha das palavras de ordem do P. C.; resistência física à intervenção da polícia), os objectivos que constituem hoje a sua *plataforma unificadora*: aumentos de salários substanciais para todos; pagamento dos 30 dias do mês, pagamento do 13.º mês. Nestas três reivindicações, os inumeráveis movimentos de fábrica que se seguiram, ganhando os velhos centros industriais do norte (texteis e metalurgia) até então relativamente afastados do movimento, acrescentam novas exigências que, por sua vez, depressa passaram ao nível de massa e foram retomados em toda a parte: contra as horas suplementares — 40 horas por semana/36 horas por equipas — e feriados do mês pagos.

Esta série de objectivos, saídos espontaneamente das lutas e geradas apenas pelos trabalhadores, mostram claramente

como a classe operária tende, em Portugal também, a não confundir trabalho e lucros: o que se pede não é a «paga justa que o patrão pode dar», mas o que a classe tem necessidade. O que determinou a autonomia do objectivo operário em proveito dos planos do Capital foi só trazer o desejo de se apropriar da parte crescente desta riqueza social de que a classe operária sabe doravante ser a produtora colectiva. Todas as hesitações actuais entre os dirigentes da economia portuguesa são determinadas pela dificuldade crescente de conter o impulso reivindicativo e as formas que ele toma, no interior de um proveito restrito entre muito mais de trabalho e um pouco mais de salário.

A primeira coisa a fixar deste ataque é a capacidade demonstrada pela classe operária em alargar cada vez mais depressa e mais longe a sua luta. Em segundo lugar, fixar a rapidez e a extrema claridade com as quais os mesmos objectivos unificadores se impuseram à totalidade da classe. Pelos objectivos e pela forma de luta escolhidos, os operários portugueses situam-se no terreno através do qual a classe operária da Europa avança e a dos U.S.A. está em vias de fazer trans-

parecer a sua autonomia desde 67-68, assentando nela as bases materiais da organização de classe contra o plano capitalista à escala mundial.

LUIS CASTILHO □

(1) N. da R.: Do ponto de vista metodológico, esta comparação entre a FAP e a LUAR carece de fundamento. Efectivamente a LUAR era uma organização que pretendia derrubar o fascismo por métodos violentos. A FAP era uma frente que, em princípio, deveria estar subordinada ao organismo político que agrupava os comunistas (C.M.L.P. — Comité Marxista-Leninista Português), nascido de uma cisão com o Partido Comunista. Os objectivos do CMLP-FAP iam mais longe do que os da LUAR. Embora estivesse enfermeado de erros esquerdistas, é de salientar o aspecto altamente positivo de ser a primeira tentativa de arrancar a vanguarda do proletariado à direcção já não revolucionária do partido de Cunhal, e de a organizar em torno de um programa marxista-leninista.

coisas. Aquilo é um cheiro... e infiltra-se nas unhas e, às vezes, temos de as arrancar.

As temperaturas nesta secção são sufocantes e não tem ar condicionado.

Não há máscaras e as protecções (luvas e aventais) são insuficientes. Os acidentes acontecem.

— Houve uma moça que ia ficando cega. Estava a despejar um bidon de ácido nítrico para um balde e saltou-lhe para os olhos. Felizmente que não queimou a vista.

Aqui, como se vê, os processos de trabalho são rudimentares. Um mínimo de mecanização, a utilização cem por cento do trabalho normal.

— Não é como eles têm lá fora. Aqui é só para remediar — dizem as operárias — tiram dum lado e põem noutro...

Estimular a divisão

A fábrica funciona há cerca de sete anos sendo a matéria-prima importada directamente da América em condições aduaneiras extremamente vantajosas para a empresa. O produto manufacturado é enviado para fábricas de montagem da ITT (para a Standard Eléctrica, p.e.) e para a América.

O ordenado médio mensal ronda os 1 600\$00 base. Têm os prémios — de assiduidade, de eficiência (se ultrapassar o «standard»), de qualidade. Um processo de estimular a concorrência entre os trabalhadores que, para aumentarem o seu magro salário, vão subindo constantemente a produção. Este sis-

tema de prémio adoptado pela ITT é explicado pelas operárias:

— O prémio de assiduidade é 1\$00 por hora. Se uma moça não faltar dia nenhum durante a semana tem 1\$00 à hora. Por exemplo são 48 horas, têm 48\$00 por semana. Mas se uma pessoa faltar um dia, automaticamente perde esses 48\$00 e perde também todos os prémios daquela semana.

— Se a moça entrar mais de uma hora atrasada perde o prémio de assiduidade desse dia, ou seja 8\$00, e todos os prémios desse dia. Ganha o dia menos essa hora mas perde todos os prémios.

É evidente que, para que este sistema se

(CONCLUI NA PÁG. 16)

Este artigo foi proibido pela censura

Este foi o último artigo de CF que, há precisamente duas semanas, a censura fascista cortou integralmente: apenas o exemplo mais recente de uma longa série de exemplos. Nos últimos meses, a delegação no Funchal do chamado «exame prévio» enviava semanalmente para Lisboa afim de serem submetidos à apreciação da sede grande número de artigos particularmente sobre problemas do país —, que chegaram por vezes a totalizar 80 a 90% do material composto na tipografia —, provocando a impossibilidade de planificarmos coerentemente o jornal e obrigando-nos a publicar os textos autorizados (e raros eram os que escapavam a cortes parciais) com atrasos de, pelo menos, uma semana, o que afectava sistematicamente a sua actualidade.



MOVIMENTO OPERÁRIO:



Os conselhos de fábrica em Itália

Com a publicação deste texto, pretendemos dar a público os movimentos que, nos países industrializados, capitalistas ou «socialistas», nos falam da tendência à autonomização, na prática, do proletariado, e que têm surgido, em diferentes países, sob a denominação comum de «conselhos operários». Menos do que uma teorização, que é indispensável, mas que nos ultrapassa, o nosso intuito é contribuir para a

informação sobre este processo onde vemos aparecer a classe operária agindo autonomamente.

Devemos assinalar — o que é talvez supérfluo — que este processo surge como a via de que o proletariado mais desenvolvido se tem dotado e como negação das tendências que se dão como papel o de timoneiro carismático da classe.

J. H. □

Modelo de auto-organização das lutas, nova forma de democracia operária, experiência de «controlo operário» única na Europa, os conselhos representam hoje simultaneamente um contra-poder na fábrica e na sociedade, suscitando de resto especulações contraditórias no mundo político. Os pensadores de *Il Manifesto* saudam nos conselhos o primeiro embrião duma organização política autónoma da classe operária, a abertura dum vasto movimento revolucionário exterior às organizações históricas reformistas. É pelo menos o que diziam em 1969. Porque, desde então, notaram, dizem eles, «uma hegemonia do sindicato e do Partido Comunista nos conselhos. O que importa, agora, para eles, é libertar os operários revolucionários da dominação sindical e, através dela, da dominação do PCI».

Paolo Inghilesi, membro do conselho da AMF-SASIB de Bolonha, escreve: «A tentativa de sindicalizar os delegados é preciso opor o carácter autónomo que os torna capazes de atacar constantemente a organização capitalista do trabalho. É preciso portanto atacar-se o sindicato. Porque quase em todos os lados é o sindicato que acaba por dirigir a assembleia, por dirigir os conselhos de atelier e de fábrica, para os levar de facto a uma estratégia elaborada pelas centrais sindicais. Para nos opormos a este estado de coisas, é necessário esclarecer com mais força a perspectiva política e o papel que os novos organismos de poder operário podem ter para uma solução política». (extraído de «Collettivi operai riuniti a Torino», in *Il Manifesto*). Fascinação e desconfiança em

relação aos conselhos levam *Il Manifesto* a uma falsa-hesitação, a uma espécie de «apoio crítico» tibubeante.

Do lado do grupo esquerdista *Lotta Continua* há mais a tendência para dizer «Nós somos todos delegados» do que para gritar «Elejam os vossos delegados», porque toda a eleição, toda a selecção, permitem a formação duma nova «aristocracia operária»; ora não deve haver nenhum mediador no confronto de classe que vê todos os dias afrontar-se directamente na fábrica o operário e o patrão. Defendendo uma linha estritamente anarco-economista — «O que nós queremos? Queremos tudo!», é o hino de *Lotta Continua* — esta organização, que encontra um certo eco entre os camponeses-operários vindos do Sul, estima que só uma coisa pode «chatear» o patrão: é que se lhe reclame continuamente aumentos de salário. E mais nada. Sobretudo, nada de parcelas de poder. Uma canção diz mesmo: «Senhor patrão, se nos ofereces 10 liras, pedimos-te 100; se ofereces 100 pedimos mil». Então, conselhos ou não conselhos, que importância para a classe operária? No fim de contas desvia-se-a do seu verdadeiro combate atirando-lhe o osso ilusório do autogoverno operário.

Uma mesma razão, na realidade, levam *Il Manifesto* e *Lotta Continua* a desconfiar dos «sovietes»: eles são o instrumento dos sindicatos; eles não podem trazer, no fim de contas, senão desilusões para os trabalhadores. Mas as críticas não vêm só da extrema-esquerda. Por razões inversas, o patronato não poderia acomodar-se, ele, da «efervescência contínua, da greve perpé-

tua, do conflitualismo permanente a domicílio», como diz a «*Federmeccanica*», organização patronal da metalurgia. Assim, fez saber às organizações sindicais que para os aumentos de salários, os prémios, as horas suplementares, bom, a gente podia entender-se, mas que era preciso, antes de se começar uma negociação colectiva sobre estes assuntos, definir um «estatuto dos conselhos operários». Um estatuto para os «engaiolar», limitando-lhes os poderes, clarificando as suas prerrogativas, fazendo deles um apêndice puro e simples do sindicato e se possível um gendarme dos trabalhadores.

Recusa dos metalúrgicos. Como resposta, tensões e provocações patronais, ataques dos piquetes de greve, advertências, expulsões, despedimentos: de Novembro 72 a Janeiro 73, a Fiat despediu 850 trabalhadores, dos quais 200 delegados eleitos, e suspendeu 1200. Os conselhos tal como existem hoje são absolutamente não integráveis pelo patronato. Porque põem em questão a organização lógica da empresa, bem como todas as previsões em matéria de custo do trabalho e de nível da produção. Com eles, um momento de irracional penetrou nas empresas: a subida dum poder operário autónomo que destrói os hábitos contratuais, as habituais delegações de poder feitas pelos trabalhadores ao sindicato. Porque a cada momento do poder patronal na empresa, a cada etapa do processo de produção, responde a partir de agora um momento correspondente de contra-poder operário e de contra-organização operária. A cadeia de montagem com o seu chefe de cadeia vê opôr-se-lhe

o «delegado de cadeia» eleito pelos trabalhadores. O atelier com o seu chefe é confrontado com o delegado de atelier, e a direcção da fábrica com o conselho de fábrica. Como o escreve Sergio Garavini, secretário-geral do sindicato CGIL do têxtil: «Se o trabalhador é organizado pelo patrão no atelier para produzir, estes elementos de unidade e de organização, que o patrão define no custo da produção e do lucro, podem ser assumidos pelo próprio trabalhador como elemento de unidade e de organização». («Structure dell'autonomia operaia sul luogo di lavoro», in «Quaderni di Rassegna sindacale», 31-31). Os trabalhadores respondem assim, ponto por ponto, a todos os níveis, à organização capitalista do trabalho.

Não são estas, como é evidente, as razões que avançam oficial e claramente os patrões. Eles dizem de preferência: Nós temos demasiados interlocutores, que mudam a todo o momento, e que atacam demagogicamente; nós perguntamo-nos, em cada entrevista, em que medida são estes interlocutores válidos. Assim falava um dirigente da «Federmeccanica» em Dezembro 72. E acrescentava: «É no próprio interesse dos sindicatos que eu falo. Se eles deixam proliferar estes organismos duvidosos, vão perder todo o poder». Amável preocupação! Porque não reconhecer que o que inquieta o patronato é justamente esta síntese democrática que realizam os conselhos entre o que querem os trabalhadores e o que elaboram as direcções sindicais? Esta síntese que escapa, diga-se o que se disser, ao controlo dos dois grandes partidos que dominam a vida política italiana: a Democracia Cristã e o PCI?

Os conselhos e o PCI

Para o PCI, o sindicato renovado pelos «conselhos» é praticamente ingovernável e incompreensível. O PCI não se farta de declarar que se tentou utilizar politicamente o fenómeno dos conselhos; que se tentou, arrastar o movimento operário para terrenos estranhos à luta democrática que a Constituição fixa como quadro; que o desenvolvimento dos delegados, particularmente na metalurgia, comporta sérios riscos de corporativismo: não se orgulham os metalúrgicos de ser «os mais combativos», os «melhor organizados» e «os representantes duma vanguarda operária»? Deste modo o PCI não perde uma oportunidade para acusar as estruturas verticais sindicais (federações de profissões) e glorificar as estruturas «horizontais» que são, segundo ele, a particularidade mais interessante do sindicalismo italiano. Dito isto, o PCI, partido realista, confrontado com uma experiência com êxito — e a dos conselhos, até agora, é positiva — assume, contraído, o conselho como estrutura de base deste «sindicato nuovo» que ele não desejou precisamente.

A soldo dos sindicatos para uns, instrumento anti-sindical para muitos outros, os conselhos encontram-se apertados entre a repressão patronal e democrata-cristã, os exageros esquerdistas, os ataques dos sin-

dicatos direitistas e as desconfianças do PCI: Poderão eles resistir, quando a economia italiana estremece, quando 1.200.000 desempregados se encontram na rua e o governo acentua o seu carácter autoritário?

Mas o que são estes conselhos, estes delegados? Onde nasceram? Como estão eles organizados? Que significa a «autonomia de classe» do «sindicato novo»?

Há actualmente 82.923 delegados em Itália e 8.101 conselhos nos sectores industriais, na construção civil e nos serviços. As regiões mais fortes são a Lombardia, a Emilia, a Venetia, a Toscana e o Piemonte, quer dizer: o Norte industrial. Se se examina a repartição por ramos de indústria, a metalurgia surge em primeiro com 2.556 conselhos e 39.943 delegados, ou seja, um delegado por 29 trabalhadores. Depois, a química: 803 conselhos, 11.653 delegados, ou seja, um delegado por 26 trabalhadores. Os próprios assalariados agrícolas tentaram organizar-se e em 4.511 empresas agrícolas têm 5.540 delegados e 79 conselhos. No entanto, e apesar de tudo, o fenómeno dos delegados e portanto dos conselhos não conheceu um real desenvolvimento senão na metalurgia.

Como e quando surgiram?

Como e quando surgiram? Muita gente pensou que tinham nascido espontaneamente da imaginação operária no Outono de 1969, num vasto movimento de contestação radical anti-sindical. Esta tese «espontaneista», que foi durante algum tempo a da esquerda da CISL e continua a ser a de muitos grupos esquerdistas, afirma que o fenómeno dos conselhos não é mais do que o produto da emigração massiva dos jovens rurais do Mezzogiorno para o Norte para procurar trabalho. Sem formação industrial, sem formação sindical, sem qualquer consciência colectiva, estes jovens O.S., e os que tinham, como rurais, a autonomia dos seus gestos, são obrigados, p. ex., a realizar a mesma operação repetitiva de 4 em 4 segundos — exprimem uma revolta global, irredutível, ao mesmo tempo contra o trabalho, contra a fábrica e contra o sindicato-traidor (isto é exacto pelo menos no que toca a fábrica Fiat de Turim, onde o «sindicato» era a SIDA, patronal). Como? Escolhendo, sempre espontaneamente, trabalhadores próximos deles, expressão de pequenos grupos de trabalho: o delegado de cadeia, o de atelier, destinados depois a constituir o conselho de fábrica, simples colecção de todos os delegados. Houve mesmo delegados de prémio, delegados das cadências, portanto pessoas escolhidas para defender os interesses imediatos e combater a exploração sem ser por intermédio do bonzo sindical.

A aparição dos primeiros conselhos? Afora a experiência de 1920-21, a qual, mesmo não tendo grande comparação com a experiência actual, continua a pesar na consciência operária, houve primeiro os modestos e balbuciantes fenómenos que se manifestaram nos anos 60. Em 1963, são assinados na fábrica Indesit os primeiros acordos sobre o delegados, depois, em

65, na fábrica Castor. Em 67, um dos primeiros debates sobre o tema teve lugar no congresso dos «Ellettrodomestic bianchi». Na conferência sobre a democracia sindical, em Dezembro de 68, a FIOM pede que seja alargada a experiência dos conselhos de fábrica. A conferência de Milão (Julho 69) da FIOM/FIN/UILLM apela para a constituição de delegados em todas as empresas.

700 conselhos em 6 meses

Em 6 meses, são eleitos 700 conselhos, quando tinham sido precisos 10 anos para se fazerem 600 eleições sindicais. Num ano, 30 mil delegados são escolhidos, bem como 1.500 conselhos. Principal sector: a indústria ligeira. Empresa símbolo: a Fiat de Turim, onde um patronato de combate tinha reduzido a pouca coisa a expressão sindical. O Outono quente de 69 vê desenvolver-se o sistema do «boletim branco», que permite ao candidato a delegado não ter que informar a que sindicato pertence. Em 1970, é a revocabilidade que se difunde. Depois dum período de grande confusão — havia, em 70, fábricas sem delegados, outras onde funcionavam as antigas comissões internas e as secções sindicais de empresa, outras onde os delegados eram eleitos com uma etiqueta sindical, outras onde o eram com boletim branco, outras, finalmente, onde se encontravam ao mesmo tempo todas estas situações — os conselhos generalizam-se em 1972 sob a impulsão sindical e mesmo nas categorias não industriais.

Um homem novo

A pouco e pouco, forja-se na empresa um homem novo: o delegado. Eleito por 80 a 90% dos trabalhadores — portanto com um nível de participação nunca antes atingido na história do sindicalismo — o delegado é, em 99% dos casos, membro dum sindicato. Está-se longe, como se vê, da definição antiga: Pode ser considerado como delegado toda a pessoa que recebe reclamações do grupo do qual é expressão e do qual se faz intérprete. Chegava-se deste modo a situações absurdas em que um director de hospital, porque tinha a confiança da sua equipa, era escolhido, sem eleição, sem nenhum critério, como delegado. Viu-se mesmo alguns fascistas do tipo grande falador serem designados para representar os trabalhadores dum grupo: era porque gritavam mais forte que os outros. Estes riscos são em parte eliminados desde o momento em que o delegado toma a carta dum sindicato operário antes, ou mesmo depois, da sua eleição. Eis o perfil tipo do «novo delegado», segundo um inquérito levado a cabo em 6 grandes empresas, dentre as quais a Fiat e a Alfa-Romeo: «Um indivíduo chegado à maturidade profissional (com cerca de 10 anos de casa) e na plenitude da sua experiência humana (30-35 anos)». De ponto de vista político, segundo este inquérito, 50% dos delegados estão próximos ou fazem parte dos partidos de esquerda, 38% dos de di-

Entre Brandt



e Mitterrand

De uma demissão inesperada a uma eleição comprometida.

Os resultados da primeira volta das eleições presidenciais francesas (de algum modo decepcionantes para as esperanças de Mitterrand) e a demissão inesperada de Willy Brandt como chanceler da República Federal Alemã marcaram os últimos dias da actualidade política europeia.

Em França, a direita modernista identificada com Giscard d'Estaing conseguiu em certa medida ultrapassar as profundas divisões entre as forças conservadoras que a corrida à sucessão de Pompidou viria revelar. Mas o preço da posição reforçada com que Giscard se apresenta na segunda volta eleitoral — abrindo-lhe sérias perspectivas de um triunfo imediato — foi o sacrifício do pretendido herdeiro do gaullismo Chaban-Delmas, cujo projecto mítico da «nova sociedade» — espécie de receita

mágica para um neo-capitalismo... «humanizado» — não se impôs a um eleitorado conservador mais sensível à eficácia tecnocrática de «manager» de Giscard d'Estaing. Reunindo apenas metade dos votos obtidos por Giscard, o fracasso da candidatura de Chaban assinalou simbolicamente o fim da dinastia gaullista.

Entretanto, a hipótese da vitória de Mitterrand na segunda volta aparece largamente comprometida, devido a posição forte em que Giscard se apresenta. Os votos dos gaullistas hostis ao ministro das Finanças e as possíveis manobras de sedução dirigidas a alguns sectores do eleitorado centrista serão suficientes para assegurar a maioria a Mitterrand? A vitória do candidato da «União de Esquerda» — apesar dos votos da extrema-esquerda, de que poderá agora beneficiar — depende da conjugação favorável destes factores aleatórios.

Quanto à inesperada demissão de Willy Brandt, aparentemente relacionada com um escândalo político afectando indirectamente o prestígio e a autoridade do chanceler alemão, ela terá sido impulsionada por razões mais fundas. Com efeito, as divisões e o mal-estar que ultimamente se vinham acentuando entre as fileiras do partido social-democrata — devido ao inevitável choque de posições entre as alas direita e esquerda do partido —, além de um progressivo desencantamento do eleitorado perante a via reformista de Brandt, haviam começado a abalar, há já largos meses, a tradicional imagem de segurança e decisão que o chanceler cultivava. Nestas condições, o escândalo político teria desempenhado apenas o papel de detonador de uma situação progressivamente deteriorada. Mas as dificuldades de Brandt são também características das contradições que corroem a coesão interna do partido social-democrata alemão.

V. J. S. □

A ITT e a indústria electrónica

(CONCLUSÃO DA PÁG. 13)

mantenha a empresa conta com a «eficiência» dos supervisores que, sem conhecimentos técnicos do trabalho, exercem uma vigilância cerrada sobre as operadoras obrigando-as a um constante estado de tensão que as arrasa física e psiquicamente.

Controlo de produtividade

Verificámos as condições em que trabalham as operadoras da ITT. Não obstante, porém, todo o controlo exercido a fim de aumentar os ritmos de trabalho, o director da empresa anunciou, recentemente, algumas medidas que irão afectar ainda mais os trabalhadores. Pretende a empresa a criação de programas de controlo de produtividade, quer directos quer indirectos, com vista a obter um aumento da ordem dos 15%. As trabalhadoras ficarão, assim, sujeitas a sanções se ficarem abaixo

dos padrões estabelecidos.

Para além disso, anunciou ainda o director, um controlo ainda mais rígido do horário de trabalho com medidas disciplinares para quem «ignorar» os horários.

Todas estas medidas estão relacionadas com a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho que as empresas do ramo do Material Eléctrico e Electrónico consideram ser lesivo dos seus interesses. Para empresas como a ITT — Standard Eléctrica habituada a lucros fabulosos (em 1972 estas empresas tiveram um lucro líquido de 37,815 mil contos) um aumento de salários, mesmo mínimo, e melhores condições de trabalho são considerados como incomportáveis com a estabilidade da empresa no nosso país.

E, assim, os trabalhadores vêem ameaçado o seu emprego pois já se fala em qualquer coisa como 500 despedimentos em perspectiva.

LUISA PIMENTEL □

reita, e 12% dos movimentos extra-parlamentares. (No entanto estes números são muito contestados pelos sindicatos.)

A taxa de rotação dos delegados (duração do mandato de eleição) era ao princípio muito elevada: mudava-se de delegado, visto este ser revocável a todo o momento pelo grupo que o elegeu, todos os dois ou três meses. Mas chegou-se entretanto a uma estabilidade. Hoje, a «longevidade» média do delegado é de um ano.

Eis entretanto que se chegou hoje a esta situação estranha: os conselhos existem, são fortes, combativos e bem organizados. Existem mas apesar disso estão em crise. Ameaça-os um perigo: tornarem-se instrumentos de poder que não servem. Conscientes deste perigo, conscientes de que uma ilha de conselhos de fábrica não tem sentido num cerco burguês, os dirigentes da metalurgia têm tentado tudo para alargar os conselhos a toda a sociedade. Sair da fábrica, sair do ghetto: tal é o sentido do apelo lançado em Junho de 72 pelos três secretários-gerais da metalurgia.

Desde o apelo de Junho, todavia, apenas 81 conselhos de zona, ou região, se constituíram. É bem difícil neste contexto de refluxo e de repressão geral — da parte do patronato, do governo, dos partidos, das confederações sindicais — erguer estes organismos vivos, intercategoriais, populares, que são os conselhos de zona. «É exacto, escreve Pio Gall na *Unità Operaia*, que tais estruturas não se encontram ainda em estado de fazer progredir, através de iniciativas concretas, o movimento das lutas».

Então? Então, é um enorme ponto de interrogação que conclui — provisoriamente — a etapa actual dos conselhos em Itália.

MARCELLE PADOVANI

(Adaptação de Júlio Henriques) □

NOTAS

C.G.I.L. (Confederazione generale italiana del lavoro). Três milhões de aderentes. Tendência: P.C.I./P.S.I. Afiliação internacional: F.S.M. (Federação Sindical Mundial).

C.I.S.L. (Confederazione italiana sindacati lavoratori). Dois milhões de aderentes. Tendência: católica. Afiliação int.: C.I.S.L. (Confederação Internacional dos sindicatos livres).

U.I.L. (Unione italiana del lavoro). 800.000 aderentes. Tendência: social-democrata republicana. Idem.

FIOM: metalúrgicos da CGIL. FIM: metalúrgicos da CISL. UILM: metalúrgicos da UIL. FIM: federação unitária reagrupando a FIOM, FIM e UTILM.

Duas faces do racismo

Para além daquela rotina racista que é de todos os dias, os sentimentos e as agressões racistas voltaram recentemente a ocupar de novo um dos primeiros lugares no espírito dos franceses. Numa mesa-redonda em que participa a única testemunha de defesa de um imigrante português acusado da morte de um polícia francês, analisa-se um caso exemplar da questão do racismo.

A escala do racismo francês

Nem todos os imigrados sofrem a mesma dose de desprezo e de ódio da parte do cidadão francês. Em primeiro lugar estão os árabes e, dentre estes, os argelinos. Razões históricas acumuladas aos motivos económicos.

Por outro lado, donde veio este problema da falta do petróleo? — Dos árabes. E é que já nem se pode chegar ali, em frente do Cairo, de Argel ou algures, apontar o canhão da fragata e avisar «ou abrem a torneira ou fazemo-los em cacos». Os tempos são outros, as forças diferentes. Que o realismo se sobreponha à nostalgia de privilégios perdidos.

E assim, esta coisa tão contraditória e tão real: os mais detestados são os mais apadrinhados. Na verdade, se os árabes são o alvo preferido e prioritário dos grupos fascistas franceses, eles são também a fracção da imigração em França que tem a primazia nas solicitudes do progressismo francês.

A única imigração que tem hoje em França uma intervenção visível, que desenvolve uma luta de protestos ou de reivindicações de forma autónoma e de massas é a árabe.

A participação de imigrados doutras nacionalidades em acções próprias (greves, manifestações de rua, comícios, etc.) é relativamente muito menos importante. Resultado, a nosso ver, por um lado dum menor afrontamento racista (os outros, que não os árabes, são mais tolerados, mesmo «assimiláveis») e, por outro lado, dum menor poder de manobra da parte dessas nacionalidades (os poços de petróleo do outro lado do Mediterrâneo dão trunfos, pelo menos políticos e imediatos, à



acção autónoma dos trabalhadores árabes nos países industrializados da Europa).

Uma imigração com voz própria

Combater o paternalismo progressista face à imigração (chamemos-lhe acima racismo progressista) não será remeter inevitavelmente os imigrados para o isolamento e, portanto, para uma posição ainda mais vulnerável que aquela em que já se encontram? Não será virar as costas à solidariedade operária ao internacionalismo proletário?

Diremos que tudo o que contribua para apagar as contradições da realidade é mistificante e reaccionário e não progressista nem transformador. Por isso, o primeiro

gesto de real solidariedade da parte das organizações políticas e sindicais francesas seria reconhecer essa efectiva contradição de interesses e a necessidade e o direito de os imigrados se baterem, enquanto tais, autonomamente, por eles.

O racismo é uma consequência inevitável do desenvolvimento desigual do capitalismo. Um fascista assim como um progressista idealista, dirão que cada nacionalidade deveria permanecer no seu país, o primeiro alegando que as misturas trazem a decadência dos povos, o segundo, que os governos devem proporcionar boas condições de existência a todos os seus cidadãos. São questões que tratam do que deveria ser e não do que é, duma estabilidade ou harmonia ideais e não da dinâmica real dos modos de produção.

Um paternalista progressista dirá que os proletários de todos os países são irmãos e que o racismo tem as suas raízes em preconceitos culturais e sobretudo em manobras reaccionárias. Por isso o operário francês não tem razões reais para se opor ao operário imigrado e este não tem motivo para não ser solidário daquele. Conclusão: não há motivo para lutas (e organizações) autónomas, contraditórias até.

Ora, enquanto os imigrados não reconhecerem o logro desta teoria eles não contarão na disputa e gestão de interesses da sociedade em que estão integrados e a sua passividade sindical e política serão um peso mais a juntar à sua inferioridade económica. Terem voz própria, isto é, fazerem valer os seus interesses específicos, é coisa que só deles depende. Porque nunca nenhuma camada social deu por si o que tem de privilégio.

Quanto mais estes tempos são de crise, mais estas realidades parecem vir ao de cima. Abençoado petróleo.

Mesa-redonda

Está na cadeia, vai para um ano, um português que matou um polícia francês. Na altura, a imprensa mais reaccionária noticiou assim o acontecimento: «POLÍCIA MORTO POR UM LOUCO — Lucien Hacquart, 51 anos, funcionário dos serviços técnicos da Prefeitura de polícia, foi morto por um homem que empurrou a sua esposa. O assassino, depois de se ter posto em fuga, foi preso. Trata-se de Daniel Rodrigues, 34 anos, português, ma-nobra».

O acaso pôs-nos em contacto através dum casal francês nosso conhecido, com a única pessoa francesa que se dispôs a ser testemunha de defesa do imigrado. É da conversa que tivemos com os três a propósito do acontecimento e da imigração em geral que aqui damos uma transcrição relativamente abreviada. É um testemunho cujo interesse fundamental é o de ser directo e de representar um material mais para o dossier «imigração». Claude Bonneault, professor de liceu em Massy, arredores de Paris, onde reside. Françoise Bonneault, sua mulher. Brigitte Courrer, empregada num liceu em Poitiers.

S. M. — Brigitte, queres dar-nos a tua versão do «assassinato» praticado pelo português na pessoa do polícia francês, uma vez que já possuímos a versão da imprensa?

Brigitte — Eu estava de passagem em Paris e encontrava-me naquele momento no local em que se deu o conflito, Place de la Nation. Repentinamente chamou-me a atenção dois homens que passaram por mim em corrida. Segundos depois ouvi gritos e vi um dos homens que passara por mim gritar para outro, ao mesmo tempo que o abanava: «Tu empurraste-nos, tu empurraste-nos». O homem que era acusado de ter empurrado procurava libertar-se e desculpar-se. Mas o que o acusado insistia sempre, abanando-o provocadoramente: «Tu empurraste-nos, tu empurraste-nos». Uma amiga que se encontrava comigo comentou: «É incrível, toda a gente se empurra em Paris nos passeios, por que é que não de agarrar aquele». Depois, houve um momento em que o acusado de empurrar conseguiu libertar-se e tentou partir. Mas o que o acusava correu sobre ele e atirou-o brutalmente ao chão vibrando-lhe primeiro um pontapé no baixo ventre e de seguida, enquanto o outro se dobrava, um soco no rosto. Eu dizia para a gente que entretanto se juntara: «Façam qualquer coisa, separem-nos», mas ninguém fazia nada. Ouvia-se perfeitamente o som dos muros que aquele que acusava dava no outro. A certa altura, um outro que acompanhava aquele que batia — soube-se depois ser seu filho — atirou-se também ao que era acusado. Nessa altura ainda houve uma mulher que gritou: «Não, todos contra um não». Depois não vi nada mais, juntara-se muita gente, era horrível, fui-me embora. Já não vi o português puxar da navalha e espetá-la naquele que o atacara.

S. M. — Parece-te que a gente que se juntara tinha consciência de que se tratava duma disputa entre um francês e um imigrado?

Brigitte — Sim, sim, toda a gente estava certa disso.

S. M. — Tu tinhas-te apercebido disso também no momento?

Brigitte — Sim, imediatamente, por causa da fisionomia do que era acusado. Aliás, o prazer de toda aquela gente no espectáculo que presenciava, para além do gosto que sempre terá para ela uma cena de violência, não pode desligar-se do facto de que se tratava dum imigrado.

S. M. — O que motivou que tu te tenhas vindo a encontrar na condição de testemunha de defesa dum imigrado? Por que te ofereceste para testemunhar?

Brigitte — Foi uma reacção primeiro perante um caso revoltante de um homem que era agredido. Mas é verdade que a minha reacção foi também provocada por sentir que aquele que atacava o outro e a violência de que usava não aconteciam por acaso, mas porque ele via que tinha na sua frente um outro homem de tipo meridional. E a minha reacção veio ainda mais quando vi que a imprensa adulterava completamente a verdade, apresentando o português como um louco facinora.

S. M. — Que disseram os teus amigos ao saberem que te ofereceras como testemunha de defesa do português?

Brigitte — Acharam bem.

O racismo no quotidiano

S. M. — Mas não há racistas onde viés, entre as pessoas que te rodeiam? Seria bom que falássemos, para além deste caso particular, do racismo em geral. Vocês têm conhecimento desse racismo, encontram-no na vossa vida quotidiana?

Brigitte — Claro que há, os meus amigos acharam bem porque os meus amigos, esses meus amigos, são contra o racismo.

Françoise — Para já, no plano da linguagem, as pessoas são claramente racistas.

Brigitte — Num caso a que assisti, em Poitiers, um grupo de argelinos discutia alto com alguém. Uma mulher que passava comentou de alta voz: «Ah, eles vêm fazer a lei no nosso país, olhem para isto, vêm fazer a lei no nosso país».

Françoise — E há a história de Yves,

que tomava o seu café num pequeno bar de Poitiers, onde ia de costume. Um dia em conversa com o dono do bar, falando-se da tranquilidade do bairro, disse-lhe este: «Ah, desde que pus a mexer todos esses árabes está-se bem melhor aqui».

S. M. — Tu falaste de racismo no plano da linguagem. Queres concretizar?

Françoise — Por exemplo, palavras que designam os imigrados norte-africanos: «ratão», «bougnoule» (sem tradução - SM), etc. São palavras que se ouvem a cada momento. Um dia entrei numa loja, em Montparnasse, para comprar cenouras. O dono do estabelecimento comentava em conversa com uma cliente: «Ah, todos esses árabes, cambada de «ratões», desde que eles invadiram o bairro julgam-se na sua terra, na sua Medina». E etc. No plano da linguagem, o racismo ouvimo-lo a cada momento e por todos os cantos.

Brigitte — É interessante notar que essa gente racista que não gosta dos imigrados em geral tem as suas preferências pessoais. Encontra-se com frequência, mesmo no meio estudantil (falo lá do liceu em que estou), aquele que diz: «Cá eu não gosto dos negros, mas simpatizo bastante com um tal». Eles têm o seu negro, o seu árabe, o seu português ou espanhol.

A mentalidade racista

Claude — Sim, aliás isso é frequentemente motivo para os levar a dizer: «Eu não sou racista porque até sou amigo dum português ou dum norte-africano». Aparentemente um paradoxo, esta sua amizade por um imigrado simpático acentua a sua mentalidade racista. Essas pessoas têm no fundo os mesmos preconceitos racistas e as boas relações que podem ter com este ou com aquele copain imigrado não anulam a sua visão racista do estrangeiro.

Françoise — São relações paternalistas. É o bom civilizado que se aproxima do pobre imigrado. Trata-se duma generosidade, não duma relação de igual para igual. É uma condescendência. Basta ver o guarda do prédio aqui onde moramos. Trata

Franceses e estrangeiros

S. M. — Vocês conhecem pessoalmente outros estrangeiros além de mim? Pergunto sobretudo se vocês têm relações pessoais regulares com outros estrangeiros.

Françoise — Com portugueses, não. Talvez porque é uma imigração relativamente recente em comparação com outras. Mas conhecemos norte-africanos desde há muito tempo, de relações feitas aqui. Dois tunisinos e um argelino.

S. M. — E espanhóis?

Claude — Não.

S. M. — A questão que ponho é esta: Dá-me a impressão, por aquilo que conheço, que os franceses ou são racistas e detestam em primeiro lugar os árabes ou então não são racistas, são mesmo militantes anti-racistas, e nesse caso é com os árabes que estabelecem mais facilmente as suas relações. Porque afinal não há assim tão poucos portugueses e espanhóis, por exemplo, e desde já há bastantes anos.

Françoise — É preciso dizer que nós vivemos bastante tempo em Poitiers, cidade não muito industrializada onde por isso a massa imigrada não era grande. E na universidade de Poitiers os estudantes estrangeiros também não eram muitos.

Claude — Bem, havia um número razoável de estudantes estrangeiros, apesar de tudo, norte-africanos, mesmo negros. Mas não havia portugueses nem espanhóis.

S. M. — Mas aqui, agora, vocês têm relações com outros estrangeiros? Ponho a questão por isso: Vocês são pessoas de extrema-esquerda, interessam-se por problemas e por iniciativas que aparentemente conduziriam a uma fácil, frequente e larga comunicação e encontro entre franceses e imigrantes de múltiplas nacionalidades. Não obstante, vocês conhecem poucos imigrantes e mesmo assim só árabes. Querirá isso dizer que mesmo os militantes políticos imigrantes, ou os imigrantes que sem serem militantes se interessam por política ou por iniciativas que respeitam à imigração, inclusive os imigrantes intelectuais — como vós —, estão apesar de tudo separados de vós, longe de vós?

Françoise — Sim, isso é verdade, falo do que conheço. Em Paris mesmo, será mais fácil essa comunicação e encontro, e menor o fosso. Mas nos arredores de Paris é diferente, é difícil. Sobretudo nos grandes aglomerados habitacionais como este, onde as pessoas não se conhecem. Aliás, nem os franceses se conhecem.

S. M. — Mas em Poitiers é diferente, os imigrantes estão menos longe dos franceses?

Brigitte — Não, o fosso é o mesmo. Mesmo no meio estudantil, onde aparen-

temente seria mais fácil. Alguns estudantes estrangeiros que tenho tido ocasião de contactar falam do peso do seu isolamento, de estarem sós entre si. E os que já conhecem outros países disseram-me que encontraram maiores dificuldades em França quanto a este problema. Penso, por exemplo, num grupo de estudantes paquistaneses que, após as aulas, ficam inevitavelmente sempre entre eles, e mais ao domingo.

O francês médio e os imigrantes

S. M. — Há uns 15 dias falei pela primeira vez dos imigrantes com um pequeno empresário de decoração. É pied-noir (francês da Argélia) e partiu como os outros, após a independência da Argélia, para vir instalar-se em Paris. Tem ao seu serviço vários imigrantes, entre eles alguns portugueses (pintores, estuqueiros, manobras). Pois em conversa comigo, desconhecendo a minha nacionalidade, começou a fazer os comentários mais desfavoráveis a árabes e portugueses. Não sei porquê, talvez um caso particular, ele atirava-se sobremaneira aos portugueses, revelando por eles os maiores desprezo e ódio. «Gritam, discutem alto, fazem barulho, são sujeitos, só têm manha, não se lhes pode fazer confiança, se se vira as costas enganamos» — dizia ele. E, não obstante, tinha-os ao seu serviço. Por conveniência, claro. Mas seria interessante sondar mais profundamente os sentimentos deste homem, deste tipo de francês, que quase se poderia dizer dos franceses, pois o seu exemplo representa uma parte muito considerável, senão mesmo maioritária, dos franceses.

O francês médio pensará realmente que o melhor é correr com os imigrantes, ou, antes, que não podendo passar sem eles, o melhor é criar um estatuto de coexistência com essa «escória»? Haverá nesse francês médio qualquer indício de aceitação duma fusão de nacionalidades?

Brigitte — Isso depende muito do meio social. Por exemplo, os pequenos-funcionários. Falo dos pequeno-funcionários já que vivi no seio duma família pertencente a esse meio. O que posso dizer é que numa família de vinte pessoas, as vinte pensam que a França é a vaca leiteira de toda a gente oriunda de países como Portugal, Itália (há uns anos atrás havia muitos operários italianos na construção civil), Jugoslávia, países árabes, etc. Sempre lhes ouvi dizer isso e ainda hoje lhes ouço dizer a mesma coisa. E não me parece que eles tenham o mínimo desejo de que a constituição física ou racial da França passe a ser outra, de modo nenhum. Eles reconhecem aos imigrantes certas qualidades, dizem «é o bom trabalhador». Reconhecem também uma certa escala entre os imigrantes. Por exemplo, os imigrantes portugueses e italianos (no tempo em que

os pretos que despejam os caixotes do lixo por «meu filho», «então, como vai isso, meu filho». O que não o impede, antes pelo contrário, que o seu «filho» lhe lave o carro a troco duns tostões. Por outro lado, a par desta relação paternalista, há a outra, caracterizada pelo desprezo total. No dia em que nos instalámos neste apartamento, ao passar pelo varredor do prédio, que é árabe, disse-lhe: «Bonjour monsieur». Ele ficou tão espantado que quase não me respondeu. As pessoas do prédio não o saudam quando passam por ele.

S. M. — Tu já tens falado com franceses que não sejam anti-racistas sobre o racismo?

Françoise — Sim, com o meu irmão, por exemplo. Ele diz com toda a facilidade e a cada instante «os ratões», ao referir-se aos norte-africanos.

S. M. — Que é que ele faz, há imigrantes onde vive?

Françoise — Ele é comerciante, na província, numa pequena terroela, onde até nem há imigrantes. Ele nem os conhece.

S. M. — É um ódio abstracto, cultural...

Françoise — Não, nem sequer é ódio, é mimetismo. Ele é racista porque tem amigos que fizeram a guerra da Argélia e lhe falam dos árabes.

S. M. — No liceu aqui em Massy, há manifestações visíveis de racismo, particularmente entre os alunos?

Claude — Muito raramente, do que conheço. Suponho que entre os meus alunos há alguns que são racistas, mas sabendo o que penso não ousam manifestar-se. Não posso por isso apresentar factos de racismo por mim presenciados enquanto professor.

S. M. — Há alunos filhos de imigrantes?

Claude — Há alunos filhos de norte-africanos, mesmo entre os meus alunos. Também há alunos portugueses, embora não entre os meus.

S. M. — Tens uma ideia de como se passam as relações entre os alunos franceses e os alunos imigrantes?

Claude — Não, não muito. Mas posso dizer que, primeiro, os alunos filhos de imigrantes, sejam árabes, portugueses ou outros, frequentam sobretudo o CET (curso de ensino técnico). No meu liceu há dois cursos, o CET e o Lycée Technique. O CET é um ensino profissional, os alunos saem em princípio aos 16 anos com o respectivo diploma. Trata-se dum ensino destinado à integração imediata na produção. Encontram-se aí franceses e estrangeiros, mas os alunos filhos das camadas mais pobres são os que em princípio o frequentam.

também estes eram numerosos) são «gente muito boa para as obras, ajeitam-se muito». Preferem por isso lidar com eles do que com os árabes. Mas ainda o mais nítido é em relação aos negros, porque esses parecem ainda mais fáceis de tratamento e se apresentam ainda mais obedientes e cumpridores.

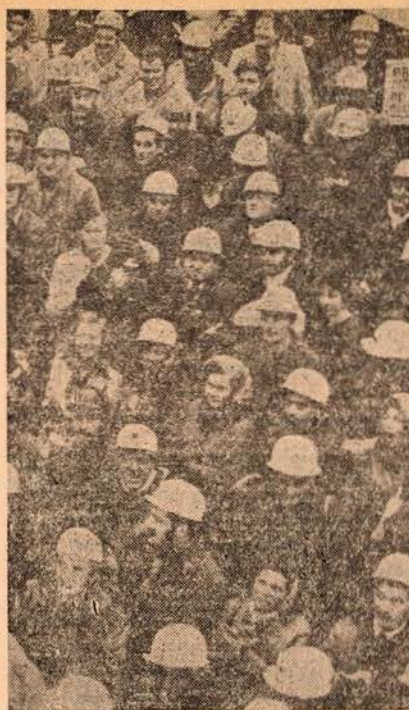
Françoise — Atenção, certos negros, nem todos, os negros de certos domínios antigos ou actuais da França, por exemplo, da Martinica. Porque os outros negros não, aqueles negros que começaram a vir, posteriormente, da África negra.

Brigitte — É isso. Mas de qualquer modo está fora de questão para aquele tipo de francês qualquer hipótese de assimilação ou mesmo de igualização social.

A má-consciência

S. M. — Uma outra coisa, no plano da acção política. Por exemplo, membros do PSU, trotskystas, ou maostas, que em princípio estão do lado dos imigrados e que se propõem e tentam desenvolver uma luta lado a lado com os imigrados, fazem-no frequentemente — há excepções, claro, mas o caso é muito comum — duma forma bastante racista, quer dizer, na medida em que ela se reveste de evidente paternalismo, ou então duma falsa generosidade, que é uma forma oportunista de «apanhar» o imigrado. Por exemplo, quando eu pertencia à Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular (LPECP), nós éramos muito solicitados por membros do PSU, por trotskystas, por maostas, etc., etc. Eles desejavam estabelecer relações conosco, e para ganharem a nossa preferência jogavam com aquilo de que sabiam termos necessidade: salas de reunião, material tipográfico, etc. Diziam-nos: vocês podem servir-se desta ou daquela nossa sala, deste ou daquele duplicador, etc. Mas ao fim de pouco tempo nós víamos que eles faziam isso não verdadeiramente por um acto de solidariedade mas sim porque lhes interessava, relativamente aos outros grupos políticos franceses, mostrar digamos a sua «reserva» de imigrados, para poderem dizer: «estão a ver, nós estamos ligados à massa imigrada». Haverá nisso, de qualquer forma, algo de positivo, de objectivamente positivo, mas ao mesmo tempo algo de profundamente oportunista. A verdadeira solidariedade sai daqui muito maltratada. O imigrado fica com o sentimento, aliás, com razão, de ser tomado por esses militantes franceses como simples objecto manipulável, como mero peão no jogo da política entre grupos franceses.

Claude — Isso é verdade, eu conheço. E há também por detrás dessa atitude um sentimento de má-consciência perante esse fenómeno face ao qual se sente um sentimento de impotência, desse fenómeno que é uma massa imensa de párias, de homens super-explorados e super-oprimidos, que dir-se-ia iriam fazer explodir dum



momento para outro toda a engrenagem da nossa sociedade, rebotar com o sistema, e afinal não, nem eles se revoltam nem a gente consegue fazê-los revoltar-se. Então, procura-se fazer qualquer coisa, para nos darmos uma ilusão. Isso de que tu falas nem sempre é um simples jogo oportunista entre grupos políticos franceses disputando-se entre si o «controlo» ou a «mobilização» da massa imigrada. Às vezes, não poucas, é também um mero cristianismo. Por exemplo, aquele intelectual ou militante de extrema-esquerda radicalmente em conflito com esta sociedade, inclusive com os aparelhos e a actuação reformistas, que, na impossibilidade de outra coisa, o facto de ter um contacto com imigrados, de lhes pôr à disposição isto ou aquilo lhe dá um certo conforto moral, uma certa auto-satisfação moral, ou até política se quiseres.

Uma voz ausente

S. M. — Hoje encontra-se na França uma massa enorme de imigrados, alguns milhões (pelo menos dois), inteiramente integrada nas rodagens económicas da sociedade francesa, no centro da produção, e, no entanto, ninguém a vê, ninguém a sente, politicamente falando, como força sindical, como força social, como força de pressão política, com uma intervenção própria. Os partidos e sindicatos falam dela, «preocupam-se» com ela, mas apenas no quadro das suas disputas e arranjos políticos, das suas manobras eleitorais, para o parlamento ou para os órgãos da administração local. Mas a imigração, ela própria, não fala, não tem expressão, não obstante o militantismo que existe no seio da imigração por parte de franceses e

sobretudo de imigrados. Vocês, qualquer pessoa, sabem através da imprensa, dos comícios, das manifestações, por exemplo, o que querem os pequeno-comerciantes, ou os funcionários públicos, ou os professores, ou os metalúrgicos, ou os ferroviários, etc. Mas quanto aos imigrantes, quanto a estes ou aqueles imigrantes, vocês sabem, vocês «ouvem-nos»?

Françoise — De modo nenhum, ouve-se a ausência. A gente encontra a imigração na vida quotidiana, a gente sabe dos imigrados enquanto párias, porque há os conflitos que constituem o fenómeno racista, há as brigas, há as mortes, há as casas que caem, há os desalojamentos, e por isso a gente encontra os imigrados. Mas depois a gente não os encontra no tecido político, nem no da expressão dos interesses sociais, nem profissionais. É como se eles fossem milhões de pequenos bichos que habitam um corpo a cujo organismo não pertencem. A gente sabe que eles existem porque a gente se coça, porque há irritações. Mas eles não pertencem ao corpo, à sociedade.

O ghetto

Claude — Sem dúvida. Mas mais: Por exemplo, no nosso meio, professores ou empregados de liceu, nem sequer existe esse contacto infra-social, de saber que o «bicho» existe porque a gente se coça, porque o encontra, os imigrados são completamente ignorados, na medida em que sendo-se professor ou pequeno-funcionário ou outra coisa assim e se habita num bairro onde não há praticamente imigrados, as pessoas não chegam sequer a vê-los. Eles são imensamente numerosos em todo o país, podem sê-lo mesmo também no próprio bairro, neste bairro de professor ou de pequeno-funcionário, mas ninguém os vê. Por exemplo, em Massy, aqui mesmo, há muitos imigrados, muitos portugueses, mas para os ver é preciso ir aonde eles estão, lá no bidonville, no seu canto ou no seu café ou bar.

Françoise — É o ghetto.

Claude — É isso, é o ghetto. É claro que eles estão ausentes da vida política e mais ainda da vida política das organizações francesas. Quando vou a uma reunião do PSU, por exemplo, ou doutras organizações de esquerda, nunca há imigrados ou se há, quando há, são pouquíssimos, raros.

Françoise — Tu lembras-te da reunião a que fomos aqui, em Massy, sobre a Palestina, o ano passado. Havia alguns norte-africanos, mas poucos, e no entanto são numerosos em Massy. Em 200 ou 300 pessoas presentes, havia uma dezena de norte-africanos. E a sua presença foi totalmente passiva, nem questões puseram. Curioso, não me esquece porque isso feriu a minha atenção, eles vieram à reunião todos bem vestidos, com camisa e gravata, apesar de terem trabalhado todo o dia.

J. A. SILVA MARQUES □